

# **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

## **1 Contexto operacional**

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, Cep 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A visão da SABESP é ser referência mundial na prestação de serviços de saneamento, de forma sustentável, competitiva e inovadora, com foco no cliente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 366 municípios do Estado de São Paulo, na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos. Em 9 de novembro de 2016 a Companhia assinou contrato com o município de Santa Branca com início de suas operações em fevereiro de 2017, não sendo considerado dentro dos 366 municípios. A Companhia possui dois contratos parciais com o município de Mogi das Cruzes, entretanto como a maior parte do município é atendida por atacado, o mesmo não foi considerado dentro dos 366 municípios. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia possuía 369 contratos.

A SABESP não está operando temporariamente, em alguns municípios, por força de decisão judicial. Os processos encontram-se em andamento e são relativos aos municípios de Macatuba e Cajobi sendo que o valor contábil dos intangíveis desses municípios era de R\$ 4.345 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 4.345 em 31 de dezembro de 2015).

Encontram-se vencidos, em 31 de dezembro de 2016, 54 contratos de concessão (53 em 31 de dezembro de 2015), sendo que todos estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2017 e 2030 vencerão 34 contratos de concessão. A Administração prevê que todos os contratos de concessão vencidos e ainda não renovados, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 31 de dezembro de 2016, foram assinados 281 contratos de programa e de prestação de serviços (em 31 de dezembro de 2015 – 278 contratos).

Em 31 de dezembro de 2016, o valor contábil do intangível utilizado nos 54 municípios em negociação totaliza R\$ 6.582.569, que representam 21,07% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 1.811.003 em 31 de dezembro de 2016, que representam 12,19% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no Município de São Paulo, que representa 55,46% da receita bruta em 31 de dezembro de 2016 (em 31 de dezembro de 2015 – 51,79%) e 46,57% do ativo intangível (em 31 de dezembro de 2015 – 43,37%).

# **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços. Nesta mesma data, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

A Companhia opera amparada em escritura pública de autorização em alguns municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram. A Companhia assinou, em setembro de 2015, contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com o município de Santos, sendo a receita bruta apurada no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 280.689 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 269.530) e o valor do intangível em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 303.540 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 310.693).

A Lei 11.445/07, em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidos até 31 de dezembro de 2010. Porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012, que alterou o art. 7º-A da Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007, em seu art. 2º permitiu a celebração dos contratos de prestação de serviços públicos de saneamento básico até 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia entende que nos municípios onde os contratos de concessão ainda não foram renovados a operação é regida pela Lei 8.987/95 combinada com a Lei 11.445/07, assim como nos municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneagua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho, Attend Ambiental e Paulista Geradora de Energia. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas.

A condição hídrica do biênio 2014-2015 apresentou a menor pluviometria e afluência já observada em 85 anos, principalmente nos reservatórios que compõem o Sistema Cantareira. Durante a estação de chuvas, de outubro de 2015 a março de 2016, o índice pluviométrico na região retornou aos níveis normais esperados para o período que, juntamente com as diversas medidas adotadas pela Companhia para amenizar os impactos da escassez hídrica, a colaboração da população com a economia de água e as obras emergenciais realizadas ao longo de 2014 e 2015 resultaram em uma recuperação dos níveis de água nos reservatórios que compõem o Sistema Cantareira.

Como consequência desta melhor condição hídrica, em 1º de maio de 2016, o Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água, em vigor desde fevereiro de 2014, e a Tarifa de Contingência, em vigor desde janeiro de 2015, foram cancelados.

Em dezembro de 2016 os reservatórios da Região Metropolitana de São Paulo armazenavam 1,2 trilhão de litros de água para tratamento, comparado com 703 bilhões de litros de água em dezembro de 2015, incluindo a reserva técnica.

No entanto, a despeito da descontinuidade no ano de 2016, das medidas que foram adotadas ao longo dos anos de 2014 e 2015 para garantir o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo, o volume faturado de água ainda não alcançou os níveis pré-crise indicando que pode ter ocorrido mudanças dos hábitos dos consumidores. Outro fator de provável impacto na diminuição do consumo ao longo de 2016 pode estar relacionado à retração da economia brasileira.

No final do ano de 2017 e início de 2018 está prevista a conclusão de duas importantes obras que objetivam ampliar a segurança hídrica na Região Metropolitana de São Paulo: (i) a Interligação Jaguarí-Atibainha a qual transferirá até 5,13 metros cúbicos por segundo ( $\text{m}^3/\text{s}$ ) da Bacia do Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira; e (ii) construção do Sistema Produtor São Lourenço que adicionará capacidade hídrica e de produção em  $6 \text{ m}^3/\text{s}$ .

Em 2016, a produção média mensal de água para a Região Metropolitana de São Paulo atingiu  $58,5 \text{ m}^3/\text{s}$ , comparada aos  $52,0 \text{ m}^3/\text{s}$  em 2015,  $62,2 \text{ m}^3/\text{s}$  em 2014 e  $69,1 \text{ m}^3/\text{s}$  em 2013, o ano anterior ao início da crise hídrica.

# **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A expectativa da Administração da Companhia é que com a melhora da condição hídrica e a geração de caixa operacional, somadas às linhas de créditos disponíveis para investimentos, os recursos financeiros serão suficientes para honrar seus compromissos e não comprometer seus investimentos necessários.

Ver outras divulgações sobre este assunto na nota explicativa 26 - receitas operacionais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2017.

## **2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPCs, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 6.

## **3 Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

### **3.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, contas garantidas e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses da data da aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **3.2 Ativos e passivos financeiros**

#### **Ativo Financeiro - Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía somente as ações da CTEEP, classificadas como ativo financeiro mantido para negociação, as quais foram avaliadas pelo valor justo por meio do resultado.

#### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

#### **Passivo Financeiro - Classificação**

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Companhia não tinha passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

#### **Outros passivos**

Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP e compromissos contratos de programa.

O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **3.3 Receita operacional**

#### **(a) Receita de serviços de água e esgoto**

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

#### **(b) Receita de Construção**

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 17 (R1)/IAS 11 (Contratos de Construção), usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. Contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, a qual é adicionada, ao referido custo de construção, resultando na receita de construção.

### **3.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do “contas a receber” e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **3.5 Estoques**

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

### **3.6 Propriedades para investimento**

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto o grupo de terrenos, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não há definição se a Companhia irá utilizar esses ativos na operação ou se os mesmos serão vendidos em curto prazo no curso ordinário do negócio.

### **3.7 Imobilizado**

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos e é descrita na Nota 15 (c). Os terrenos não sofrem depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **3.8 Intangível**

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período seria superior a 12 meses. Este período foi definido considerando o prazo de término das obras, uma vez que a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, equivalente a um ano fiscal da Companhia.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações em bens, recebidas de terceiros e entidades governamentais, para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica “outras receitas operacionais”.

#### **(a) Contratos de concessão/programa**

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com o poder concedente. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.



## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os direitos da SABESP sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a SABESP tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 (b).

Ativos intangíveis relacionados aos Contratos de Concessão e Contratos de Programa, nos casos em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, (1) com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral (2) com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

A Lei 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços.

#### **(b) Licenças de uso de software**

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

### **3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)**

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **3.10 Empreiteiros e fornecedores**

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

### **3.11 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 16. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os Títulos emitidos pela Companhia não são conversíveis em ações e são contabilizadas como empréstimos.

### **3.12 Custos de empréstimos**

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos a seguir.

A capitalização ocorre durante o período em que o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamento similares.

### **3.13 Salários, encargos e contribuições sociais**

Os salários, férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **3.14 Participação nos resultados**

O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia como um todo. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com o período de competência, sendo contabilizada como despesa operacional e custo operacional.

#### **3.15 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes**

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação. As bases e a natureza das provisões para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais estão descritas na Nota 19.

Os depósitos judiciais não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante. Os depósitos judiciais são corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades competentes.

A Companhia não reconhece passivos contingentes nas demonstrações financeiras por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou o montante da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras.

#### **3.16 Gastos ambientais**

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **3.17 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

#### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **3.18 Impostos sobre receitas**

As receitas de serviços de água e esgoto estão sujeitas à incidência do Pasep – Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Os impostos incidentes sobre os valores faturados às entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre “outras receitas operacionais” são apresentados dedutivamente na própria linha da demonstração do resultado.

### **3.19 Plano de Previdência Privada**

#### **(a) Benefício definido**

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social (“Sabesprev”), entidade fechada de previdência complementar. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo operacional, despesas de vendas ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, a qual se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

# **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **(b) Contribuição definida**

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade contribuição definida (Sabesprev Mais), administrado pela Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigação de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

### **3.20 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos, provisões, parceria público privada, compromissos contratos de programa e provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*, sendo que as variações monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

### **3.21 Arrendamento mercantil**

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário. Os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional, os quais são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato do arrendamento.

Os contratos de arrendamentos financeiros são valorizados com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são impactados pela despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **3.22 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de perdas para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

### **3.23 Dividendos e juros sobre capital próprio**

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei n.º 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo – TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral, exceto pelos tributos incidentes na distribuição dos juros sobre o capital próprio. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é apropriado ao resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento das despesas com juros sobre o capital próprio.

### **3.24 Ajuste a valor presente**

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

### **3.25 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)**

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (operacionais, outras receitas, construção de ativos e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos operacionais e de construção, materiais, energia elétrica, serviços de terceiros, outras despesas operacionais e outros) e pelas retenções (depreciação e amortização), e a riqueza recebida em transferência, representada pelo resultado de equivalência patrimonial, pelas receitas financeiras e pelo reembolso GESP – benefícios pagos. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **3.26 Apresentação de relatórios por segmento**

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do principal gestor das decisões operacionais da Companhia, que no caso da SABESP é a Diretoria Executiva, em relação a tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

Consequentemente, a Companhia determinou que possui um segmento operacional (serviços de saneamento).

As políticas contábeis utilizadas para determinar as informações por segmento são as mesmas utilizadas para preparar as demonstrações financeiras da Companhia.

A mensuração do resultado do segmento é o lucro operacional antes de outras despesas operacionais, líquida e equivalência patrimonial, que exclui a receita e o custo construção.

O principal gestor das decisões operacionais da Companhia analisa as informações de ativos e passivos de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre ativos e passivos de forma segregada.

Substancialmente, todos os ativos não-circulantes da Companhia e as receitas geradas pelos clientes estão localizados no Estado de São Paulo. Consequentemente, não são divulgadas informações financeiras por área geográfica.

### **3.27 Conversão de saldos em moeda estrangeira**

#### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **(b) Conversão de moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, conforme descrito na Nota 3.12.



# Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

## 4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

### 4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016

#### Novas normas e revisões

<b>Norma</b>	<b>Descrição</b>	<b>Impacto</b>
Alterações às IAS 16 e IAS 38 – Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização CPC 27 e CPC 04 (R1)	Clarifica que o uso de depreciação e amortização pela curva da receita é inapropriado.	A aplicação dessa alteração não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.
Alterações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgações CPC 26 (R1)	Melhorias no que tange a aplicação do conceito de materialidade na prática.	A aplicação dessas alterações não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.
Alterações às IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i> CPC 36 (R3) e CPC 18 (R2)	Requer reconhecimento no resultado nas demonstrações financeiras do investidor da venda ou contribuição que constitua um negócio - IFRS 3 (CPC 15 (R1)) e reconhecimento parcial no resultado na extensão que não constitui um negócio.  Esclarece a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas envolvendo entidades de investimento.	A aplicação dessas alterações não trouxe impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### 4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada e está avaliando os impactos nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir:

<b>Norma</b>	<b>Descrição</b>	<b>Impacto</b>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros <sup>2</sup>	Mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	A Companhia entende que não terá impacto na classificação e mensuração de perdas dos seus ativos e passivos financeiros, bem como em relação à contabilização de <i>hedge</i> , por não possuir nenhuma operação desta natureza.
IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes <sup>2</sup>	<p>Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e como a receita é mensurada.</p> <p>A IFRS 15 substituirá as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo a IAS 18 / CPC 30 (R1) Receitas, IAS 11 / CPC 17 (R1) Contratos de Construção e o IFRIC 13 Interpretação A - Programas de Fidelidade com o Cliente.</p>	A Companhia avaliou os impactos em seus contratos com clientes, inclusive com os consumidores com características especiais de faturamento e concluiu que não terá impactos significativos oriundos da adoção.
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil <sup>3</sup>	<p>Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.</p> <p>A IFRS 16 substituirá as normas de arrendamento existentes, incluindo a IAS 17 / CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 / ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.</p>	A Companhia está avaliando os efeitos em suas Demonstrações Financeiras do registro de suas operações de arrendamento mercantil operacional e espera impactos que estão em levantamento.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

<b>Norma</b>	<b>Descrição</b>	<b>Impacto</b>
Alterações à IAS 12 / CPC 32 – Reconhecimento de Imposto de Renda Diferido para perdas não realizadas <sup>1</sup>	Descreve sobre tratamento de diferenças temporárias.	A Companhia está avaliando os impactos e efeitos das alterações, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.
Alterações à IAS 7 / CPC 03 (R2) – Iniciativas de melhorias de divulgação <sup>1</sup>	Descreve sobre divulgações que habilitam usuários a avaliar mudanças em passivos relacionados a atividades de financiamento.	A Companhia está avaliando os impactos e efeitos das alterações, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.
Alterações à IFRS 2 / CPC 10 (R1) – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações <sup>2</sup>	Descreve sobre as modificações de opções para liquidação em ações.	A Companhia está avaliando os impactos e efeitos das alterações, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

1 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

2 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

3 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras.

# **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

## **5 Gestão de risco**

### **5.1 Gestão de Risco Financeiro**

#### **Fatores de risco financeiro**

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

#### **(a) Risco de mercado**

##### **Risco cambial**

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, principalmente, empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, de curto e longo prazo.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco.

A Companhia possui parte significativa da dívida financeira no valor total de R\$ 5.692.984 em 31 de dezembro 2016 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 6.640.256), atrelada ao dólar norte-americano e ao iene. A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.241.963	4.047.682	1.242.273	4.850.827
Empréstimos e financiamentos – Iene	57.643.930	1.609.419	53.906.927	1.748.202
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		25.114		29.813
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		10.769		11.414
Total da exposição		5.692.984		6.640.256
Custo de captação – US\$		(29.650)		(19.786)
Custo de captação – Iene		(2.971)		(2.646)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 16)		5.660.363		6.617.824

A redução de 14% do saldo da dívida em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2016 foi causada principalmente pelos seguintes fatores:

- 1) Efeito cambial, em função da desvalorização de 16,5% na taxa do dólar que passou de R\$ 3,9048 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3,2591 em 31 de dezembro de 2016. As dívidas em dólar correspondem a 71,4% das dívidas em moedas estrangeiras; e
- 2) Aumento de 6,9% na dívida denominada em iene e redução de 13,9% na taxa do iene, passando de R\$ 0,03243 em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 0,02792 em 31 de dezembro de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10%, além dos impactos mencionados acima, em comparação com o dólar e o iene, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o exercício teria sido de R\$ 569.298 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 664.026), para mais ou para menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I a seguir apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do real em 25% e 50%, respectivamente.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<b>Cenário I (Provável)</b>	<b>Cenário II (+25%)</b>	<b>Cenário III (+50%)</b>
	(*)		
<b>Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2016 (Passiva) em US\$</b>	1.241.963	1.241.963	1.241.963
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2016	3,2591	3,2591	3,2591
Taxa cambial estimada conforme cenário	3,4800	4,3500	5,2200
Diferença entre as taxas	(0,2209)	(1,0909)	(1,9609)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(274.350)	(1.354.857)	(2.435.365)
<b>Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2016 (Passiva) em iene</b>	57.643.930	57.643.930	57.643.930
Taxa do iene em 31 de dezembro de 2016	0,02792	0,02792	0,02792
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,02943	0,03679	0,04415
Diferença entre as taxas	(0,00151)	(0,00887)	(0,01623)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(87.042)	(511.302)	(935.561)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(361.392)	(1.866.159)	(3.370.926)

(\*) Para o cenário provável em dólar, foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2017, conforme relatório Focus-BACEN e para o iene foi considerada a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2016, conforme relatório de Taxas Referenciais da BM&FBovespa.

### Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

A tabela a seguir mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
TR <sup>(i)</sup>	1.535.030	1.498.085
CDI <sup>(ii)</sup>	1.082.228	1.617.191
TJLP <sup>(iii)</sup>	1.326.631	1.114.977
IPCA <sup>(iv)</sup>	1.697.452	1.623.201
LIBOR <sup>(v)</sup>	2.906.999	2.926.628
Juros e encargos	142.644	144.546
Total	8.690.984	8.924.628

(i) TR – Taxa Referencial de Juros

(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(iii) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo

(iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas.

Em 31 de dezembro de 2016, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem em torno de 1% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 86.910 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 89.246) para mais ou para menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

#### (b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2016 é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Vide Notas 7, 8, 9 e 10.

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à perda para deterioração, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Fitch, Moody's e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AA+(bra)	1.850.220	-
AAA(bra)	35.452	1.638.589
Outros (*)	549	625
	1.886.221	1.639.214

(\*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes em 31 de dezembro de 2016, para transações de depósitos e aplicações financeiras em moeda local (R\$ - rating nacional), com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Contraparte	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S/A	AA+(bra)	Aa1.br	-
Banco Santander Brasil S/A	AAA(bra)	Aaa.br	brAA-
Caixa Econômica Federal	AA+(bra)	Aa1.br	brAA-
Banco Bradesco S/A	AAA(bra)	Aa1.br	brAA-
Itaú Unibanco Holding S/A	AAA(bra)	Aa1.br	brAA-

#### (c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	1.779.684	1.946.655	2.494.837	2.394.553	891.910	5.784.614	15.292.253
Empreiteiros e fornecedores	311.960	-	-	-	-	-	311.960
Serviços a pagar	460.054	-	-	-	-	-	460.054
Parceria Público-Privada – PPP (*)	46.038	46.038	351.689	351.689	351.689	5.681.712	6.828.855
Compromissos Contrato de Programa	106.362	40.953	29.548	872	1.009	16.680	195.424

(\*) A Companhia considerou também compromissos futuros (obras não realizadas) ainda não reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes à PPP São Lourenço devido à relevância dos fluxos de caixa futuros, dos impactos em suas operações e pela consideração de que a Companhia já possui esse compromisso formalizado através de contrato assinado entre as partes.

#### Juros futuros

Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros nas datas bases acima.

#### Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de “cross default”, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas.

#### (d) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

O quadro a seguir exemplifica a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada para o período de doze meses, após a data de 31 de dezembro de 2016 ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que for menor, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

31 de dezembro de 2016				
Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<b>Ativo</b>				
CDI	1.748.826	11,5600% (*)	8,6700%	5,7800%
Receita financeira		202.164	151.623	101.082
<b>Passivo</b>				
CDI	(1.082.228)	11,5600% (*)	8,6700%	5,7800%
Juros a incorrer		(125.106)	(93.829)	(62.553)
Exposição líquida - CDI	666.598	77.058	57.794	38.529
<b>Passivo</b>				
TR	(1.535.030)	0,0013% (**)	0,0016%	0,0020%
Despesa a incorrer		(20)	(25)	(31)
IPCA	(1.697.452)	4,8700% (*)	6,0875%	7,3050%
Despesa a incorrer		(82.666)	(103.332)	(123.999)
TJLP	(1.326.631)	7,5000% (*)	9,3750%	11,2500%
Juros a incorrer		(99.497)	(124.372)	(149.246)
LIBOR	(2.906.999)	1,1700% (**)	1,4624%	1,7549%
Juros a incorrer		(34.012)	(42.512)	(51.015)
Despesas totais líquidas a incorrer		(139.137)	(212.447)	(285.762)

(\*) Fonte dos índices: CDI e IPCA (Relatório Focus-BACEN de 31 de dezembro de 2016) e TJLP cotação de 31 de dezembro de 2016 (BACEN).

(\*\*) Fonte do índice: Bloomberg

(\*\*\*) Fonte do índice: BM&FBovespa

(i) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2016 ou até a data dos vencimentos dos contratos, o que for menor.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **5.2 Gestão de capital**

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	<u><b>31 de dezembro de 2016</b></u>	<u><b>31 de dezembro de 2015</b></u>
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 16)	11.964.143	13.121.600
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(1.886.221)</u>	<u>(1.639.214)</u>
Dívida líquida	10.077.922	11.482.386
Total do Patrimônio Líquido	<u>15.419.211</u>	<u>13.716.606</u>
Capital total	<u>25.497.133</u>	<u>25.198.992</u>
Índice de alavancagem	<u>40%</u>	<u>46%</u>

Em 31 de dezembro de 2016, o índice de alavancagem diminuiu para 40% em comparação aos 46% de 31 de dezembro de 2015, em decorrência da redução no saldo de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, ocasionado, principalmente, pela redução na taxa do dólar de 16,5% e na taxa do iene em 13,9%, em 2016.

### **5.3 Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

#### **5.4 Instrumentos financeiros**

A Companhia possuía ações da CTEEP, as quais estavam classificadas como ativo financeiro mantido para negociação e valorizadas pelo valor justo por meio de resultado. Em 20 de abril de 2016, a Companhia vendeu tais ações pelo valor total de R\$ 111.117. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA e os instrumentos financeiros na categoria de outros passivos compreendem saldos a pagar com empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada-PPP e compromissos contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não tinha ativos e passivos financeiros classificados como valor justo por meio de resultado.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

##### **Ativos Financeiros**

	<b>31 de dezembro de 2016</b>		<b>31 de dezembro de 2015</b>	
	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Valor justo</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.886.221	1.886.221	1.639.214	1.639.214
Caixa restrito	24.078	24.078	29.156	29.156
Contas a receber de clientes	1.711.306	1.711.306	1.509.588	1.509.588
Agência Nacional de Águas – ANA	81.221	81.221	88.368	88.368
Ativo financeiro mantido para negociação (*)	-	-	101.500	101.500
Demais contas a receber	167.369	167.369	196.118	196.118

(\*) Valor registrado na rubrica “demais contas a receber” no ativo circulante.

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 871.709 (R\$ 872.107 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 10 destas demonstrações financeiras. Parte deste saldo, no montante de R\$ 788.180 (R\$ 786.501 em 31 de dezembro de 2015), refere-se a reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - G0 e é indexado através de IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproxima àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-b) com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Passivos Financeiros

	31 de dezembro de 2016		31 de dezembro de 2015	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	11.964.143	11.776.178	13.121.600	12.625.454
Empreiteiros e fornecedores	311.960	311.960	248.158	248.158
Serviços a pagar	460.054	460.054	387.279	387.279
Compromisso Contratos de Programa	178.093	178.093	320.714	320.714
Parceria Público-Privada - PPP	2.249.418	2.249.418	1.035.033	1.035.033

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até os seus vencimentos finais, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela TR x DI, ambas as taxas foram obtidas da BM&FBovespa.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, sendo que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&FBovespa.
- (v) Os contratos com o BID e BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. O Eurobônus foi precificado a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

(vi) Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando à taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016.

(vii) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2016.

Os instrumentos financeiros referentes às aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos, estão classificados como Nível 2, na hierarquia de valor justo.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

## **6 Principais julgamentos e estimativas contábeis**

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas a seguir:

### **(a) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia registra as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 3.4.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa**

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão. A Companhia estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviço da Companhia firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, e no final do contrato, o valor remanescente do ativo intangível será igual ao valor residual do relativo ativo fixo.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão e Contratos de Programa, nos casos em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas na Nota 3.8.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, sendo que o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. Este fato juntamente com mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis podem gerar impactos relevantes no resultado das operações.

### **(c) Provisões**

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais quando tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, seja provável que será necessária uma saída de recursos de forma a liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota 19.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **(d) Obrigações Previdenciárias – Planos de Pensão**

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos na Nota 20.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação deste benefício é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

### **(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

## **7 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>31 de dezembro de 2015</b>
Caixa e bancos	137.395	77.233
Equivalentes de caixa	1.748.826	1.561.981
	<b>1.886.221</b>	<b>1.639.214</b>

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, os quais são representados, principalmente, por operações compromissadas (remuneradas por CDI), depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores à três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A remuneração média das aplicações financeiras equivale a 99,24% do CDI em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.



## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **8 Caixa restrito**

	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>
Circulante		
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	15.858	13.005
Recursos captados junto ao BNDES (ii)	-	7.109
Caixa Econômica Federal – depósito judicial (iii)	2.989	1.433
Outros	5.231	7.609
	<u>24.078</u>	<u>29.156</u>

- (i) Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo no qual a Companhia repassa 7,5% da receita do Município para o Fundo Municipal;
- (ii) Refere-se aos recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, aguardando liberação das restrições de uso;
- (iii) Refere-se à conta poupança destinada ao recebimento de depósitos judiciais sobre processos com trânsito em julgado a favor da Companhia, os quais ficam bloqueados conforme cláusula contratual.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 9 Contas a receber de clientes

#### (a) Saldos patrimoniais

	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	1.205.498	1.044.692
Acordos (iii)	315.351	317.871
	<u>1.520.849</u>	<u>1.362.563</u>
Entidades governamentais:		
Municipais	520.950	503.309
Federais	3.414	5.738
Acordos (iii)	279.449	207.066
	<u>803.813</u>	<u>716.113</u>
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	778.106	810.285
Mauá	467.775	416.749
Mogi das Cruzes	2.527	2.158
Santo André	946.045	857.424
São Caetano do Sul	2.371	2.057
Diadema	222.671	222.671
	<u>2.419.495</u>	<u>2.311.344</u>
Fornecimento a faturar	<u>481.389</u>	<u>427.361</u>
Subtotal	5.225.546	4.817.381
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	<u>(3.514.240)</u>	<u>(3.307.793)</u>
Total	<u>1.711.306</u>	<u>1.509.588</u>
Circulante	1.557.472	1.326.972
Não circulante	<u>153.834</u>	<u>182.616</u>
	<u>1.711.306</u>	<u>1.509.588</u>

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas
- (ii) Rol especial - grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (contratos de demanda firme, esgotos industriais, poços, etc.).
- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros, quando previstos nos acordos.
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP, razão pela qual há perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa de montante integral. Além disso, os valores vencidos estão incluídos nas perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

#### (b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Valores a vencer	1.337.503	1.195.098
Vencidos:		
Até 30 dias	263.157	182.025
Entre 31 e 60 dias	148.927	123.765
Entre 61 e 90 dias	53.268	78.089
Entre 91 e 120 dias	109.138	84.654
Entre 121 e 180 dias	124.001	80.447
Entre 181 e 360 dias	203.837	158.182
Acima de 360 dias	2.985.715	2.915.121
Total vencidos	3.888.043	3.622.283
Total	5.225.546	4.817.381

O acréscimo no saldo vencido foi em decorrência, principalmente, da inadimplência dos municípios que compram água no atacado, pelo fato dos mesmos estarem contestando judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP e também pelo acréscimo na inadimplência dos valores vencidos até 360 dias, relativo aos clientes particulares.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (c) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldo no início do exercício	3.307.793	3.164.288
De particular/entidades públicas	144.217	103.231
Recuperações	(241.109)	(177.993)
De fornecimento por atacado	331.295	283.113
Adições líquidas no exercício	234.403	208.351
Baixa no exercício referente a contas a receber	(27.956)	(64.846)
Saldo no final do exercício	3.514.240	3.307.793

#### Reconciliação das perdas estimadas no resultado

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Baixas	177.492	63.076
Perdas com entidades estaduais (partes relacionadas)	7.292	3.999
Perdas com particular/entidades públicas	144.217	103.231
Perdas no fornecimento por atacado	2.596	10.107
Recuperações	(241.109)	(177.993)
Valor contabilizado como despesas com vendas	90.488	2.420

Foram contabilizados também, como redução de receitas, as perdas com vendas no atacado no montante de R\$ 328.699 em 2016 e R\$ 273.006 em 2015.

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais do total da receita.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

### **10 Saldos e Transações com Partes Relacionadas**

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

#### **(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo**

	<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>31 de dezembro de 2015</b>
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	134.005	115.633
Perdas estimadas (i)	(56.624)	(49.332)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Fluxo mensal (pagamentos) (ii) e (vi)	22.696	20.564
- Acordo GESP – 2008 (ii) e (vi)	56.512	49.985
- Acordo GESP – 2015 (vii)	39.816	-
Programa Se Liga na Rede (I)	6.148	19.305
Total do circulante	<u>202.553</u>	<u>156.155</u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Acordo GESP – 2008 (ii) e (vi)	18.838	66.646
- Acordo GESP – 2015 (vii)	650.318	649.306
Total do não circulante	<u>669.156</u>	<u>715.952</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>871.709</u>	<u>872.107</u>
Ativos:		
Prestação de serviços de água e esgoto	77.381	66.301
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0)	788.180	786.501
Programa Se Liga na Rede (I)	6.148	19.305
Total	871.709	872.107

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>31 de dezembro de 2015</b>
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	351.788	64.013
Outros (g)	1.853	2.210
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita de serviços de água e esgoto		
Venda de água	235.686	195.478
Serviços de esgoto	210.040	162.034
Recebimentos de partes relacionadas	(424.549)	(338.471)
Recebimento de reembolso GESP referente à Lei 4.819/58	(139.472)	(121.709)

#### **(i) Serviços de água e esgoto**

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

O montante de R\$ 56.624 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 49.332 em 31 de dezembro de 2015), estavam reconhecidos como perdas estimadas de valores vencidos há mais de 360 dias, em função da incerteza no recebimento dos mesmos.

#### **(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos**

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados G0.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo GESP dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

# **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Informações adicionais sobre o plano G0 constam na Nota 20 (b) (iii).

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

### **(iii) Acordo GESP**

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (“Acordo GESP”), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto, bem como aos benefícios de aposentadoria.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiaçupeba, Jundiá, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova (“Reservatórios”), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios seriam transferidos à Companhia pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questiona a validade jurídica desse acordo, cujos argumentos principais são a falta de licitação e a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Há decisão desfavorável para a SABESP ainda não transitada em julgado. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo conforme item 3.15. Informações adicionais constam no item (viii) abaixo.

### **(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP**

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

### **(v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP**

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$ 133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2 de janeiro de 2008. Em dezembro de 2012 foi realizado o pagamento da última parcela.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgotos de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

#### **(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP**

O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver informações no item (iii) dessa nota explicativa) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R\$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. Em março de 2015, a SABESP e o GESP assinaram acordo para realizar o pagamento dos valores a receber de R\$ 696.283 (mais informações no item (vii) dessa nota explicativa). O saldo devedor restante de R\$ 218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA-IBGE, acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

#### **(vii) Acordo com o Governo do Estado de São Paulo firmado em 2015**

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo no valor de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283 referentes ao valor principal do Valor Incontroverso mencionado no item (iii) e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.



## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O Valor Principal será pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

As primeiras vinte e quatro parcelas foram quitadas mediante a transferência de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015; e

O valor de R\$ 609.109 é atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos e pago em espécie, por meio das demais 156 parcelas mensais, iniciando-se em 5 de abril de 2017. A partir do início de pagamento, as parcelas serão atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

Considerando que a ação que contesta a possibilidade de transferência dos reservatórios não foi transitada em julgado, o acordo prevê, ainda, as seguintes situações:

Caso haja possibilidade de transferência e os Reservatórios efetivamente sejam transferidos para a SABESP com registro em cartório, a SABESP reembolsará ao Estado os valores pagos em substituição aos Reservatórios (Valor Principal) por meio de 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA até a data de pagamento de cada parcela; e

Caso não se efetive a transferência dos Reservatórios, o Estado pagará à SABESP, em adição ao Valor Principal, o crédito de correção monetária de R\$ 316.027, parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos ao final do parcelamento do Valor Principal. O valor será atualizado pelo IPCA para a data de início dos pagamentos e, a partir desta data, incidirá atualização monetária – IPCA, mais 0,5% de juros simples ao mês sobre o valor de cada parcela.

Os impactos contábeis do acordo geraram um débito de R\$ 696.283 no saldo de contas a receber com partes relacionadas e um crédito de mesmo valor nas despesas administrativas na data da transação. Em decorrência desta transação, em 31 de dezembro de 2015 foi registrado um saldo a receber do GESP de R\$ 649.306 no ativo não circulante e ações da CTEEP no montante de R\$ 101.500, contabilizadas como “demais contas a receber” no ativo circulante. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo a receber era de R\$ 39.816 no ativo circulante e R\$ 650.318 no ativo não circulante e as ações da CTEEP foram vendidas em 20 de abril de 2016 pelo valor total de R\$ 111,1 milhões.

#### **(viii) Valor Controverso dos Benefícios**

Como já mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontroversos. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontroverso e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao Valor Controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Contudo, os últimos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 04 e 22 de setembro de 2009 e em 4 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como Valor Controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações que objetivam recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da BM&FBovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 9 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4.819/58, com o objetivo de equacionar, em definitivo, o aludido Valor Controverso em discussão entre a Companhia e o GESP. A despeito da ação judicial, cuja expectativa é de possível ganho, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a Companhia e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A Administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R\$ 937.035 e R\$ 855.054, respectivamente, conforme divulgado no item 10 (b) a seguir.

A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários, aposentados e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 2.512.080 e R\$ 2.166.942, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 20 (b) (iii).

#### **(b) Ativos contingentes - GESP (não contabilizados)**

Conforme mencionado acima, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a SABESP possuía ativos contingentes com o GESP, não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei 4.819/58), denominados “Valores controversos a receber”, nos montantes de R\$ 937.035 e R\$ 855.054, respectivamente.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **(c) Utilização de Reservatórios – EMAE**

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE pretendia o recebimento de crédito e compensação financeira pelas alegadas perdas passadas e futuras de geração de energia elétrica em decorrência da captação de água e compensação pelos custos já incorridos e a ocorrer com a operação, a manutenção e a fiscalização dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações.

Diversas ações foram ajuizadas pela EMAE. Dentre elas estava em curso um procedimento arbitral com relação ao reservatório Guarapiranga e uma ação judicial em relação ao reservatório Billings, pretendendo, em ambos, compensação financeira em razão da captação de água pela SABESP para abastecimento público, alegando que tal conduta tem ocasionado perda permanente e crescente na capacidade de geração de energia elétrica da Usina Hidrelétrica de Henry Borden com prejuízos financeiros.

Em 10 de abril de 2014, a Companhia emitiu Comunicado ao Mercado com a informação sobre um eventual acordo futuro.

Em 28 de outubro de 2016, foi assinado um acordo consubstanciado em um Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças, visando o encerramento definitivo de litígios envolvendo as duas companhias. A eficácia da transação está sujeita à condição suspensiva da aprovação dos órgãos societários competentes da Companhia e da EMAE, bem como da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e envolve o pagamento pela SABESP à EMAE dos seguintes valores:

- R\$ 6.610 anuais, corrigidos monetariamente desde a data da assinatura deste instrumento, pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo, sempre até o último dia útil do mês de outubro de cada exercício fiscal, sendo (i) o primeiro desses pagamentos anuais devido até o último dia útil do mês de outubro de 2017 e (ii) o último pagamento devido até o último dia útil do mês de outubro de 2042; e
- R\$ 46.270, em cinco parcelas anuais e sucessivas, corrigidas monetariamente pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo, sendo a primeira parcela de R\$ 9.254 com vencimento em 30 de abril de 2017 e as demais em 04 (quatro) parcelas de igual valor, com vencimento todo dia 30 (trinta) do mês de abril dos anos subsequentes, ou no primeiro dia útil seguinte.

A celebração do acordo orientou-se pelas seguintes premissas: (i) os pagamentos da SABESP não devem ultrapassar o montante necessário para ressarcir à EMAE pelos custos de manutenção e operação dos reservatórios de Guarapiranga e Billings, na proporção da sua captação dentro da vazão natural de cada um deles; (ii) os pagamentos devem ocorrer enquanto durarem as concessões da SABESP e da EMAE, bem como enquanto persistir a retirada de água desses reservatórios por parte da SABESP, respeitando o período de prescrição dos objetos das ações; (iii) deve a SABESP requerer à ARSESP a incorporação dessas despesas no processo de revisão tarifária em curso.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Com o objetivo de estimar as despesas de manutenção e conservação das estruturas hidráulicas e patrimoniais dos Reservatórios Billings e Guarapiranga, a área técnica envolvida com a produção de água adotou, as seguintes premissas: (i) as despesas referentes ao Reservatório Guarapiranga, cujas águas são usadas exclusivamente para abastecimento da população da Região Metropolitana de São Paulo, caberiam integralmente à SABESP; (ii) o Reservatório Billings possui uso múltiplo - controle de cheias, geração de energia elétrica e abastecimento público – e as despesas de sua manutenção e operação devem ser partilhadas na razão da utilização de suas águas por cada uma dessas funções; (iii) a SABESP possui outorgas para uso da água em vários pontos da represa Billings que somadas proporcionam uma vazão disponível de 10,0 m<sup>3</sup>/s, representando 61,7% da vazão média de longo termo da represa (16,2 m<sup>3</sup>/s); e (iv) considerando os percentuais de uso dos volumes de água - 100% Guarapiranga e 61,70% Billings – chegou-se ao valor anual de R\$ 6.610, para fins de compartilhamento de despesas no contexto do acordo.

A Companhia adotou o valor de R\$ 6.610 anuais para o período de 2010 a 2042, considerando o período de prescrição e o ano de encerramento da concessão da EMAE.

Por essas razões, a Companhia concluiu que era do seu interesse a celebração do Acordo porque: (i) elimina a incidência de riscos futuros com a extinção de todas as ações; (ii) seu valor está limitado ao que entende ser razoável pagar como compartilhamento de custos de operação e manutenção dos reservatórios Guarapiranga e Billings; e (iii) a forma de pagamento prevista está adequada à sua situação financeira.

Com a celebração do Acordo todos os litígios entre as partes serão definitivamente encerrados e a Companhia continuará utilizando os reservatórios.

Além das ações que fizeram parte do acordo, em 11 de abril de 2016 a SABESP foi citada para os termos da ação de Indenização promovida pelos acionistas minoritários da EMAE, objetivando o ressarcimento de danos sofridos pela EMAE consubstanciados nos valores que esta deixou de auferir em razão da redução da vazão desses reservatórios e da geração de energia elétrica ocasionadas pelo uso da água dos reservatórios Billings e Guarapiranga pela SABESP, além de requerer fosse esta condenada a ressarcir os lucros cessantes correspondentes ao que a EMAE deixou de ganhar em decorrência da falta de bombeamento de água dos rios Pinheiros e Tietê para a Usina Hidrelétrica Henry Borden. Em síntese, a alegação é de que o Estado de São Paulo, enquanto acionista controlador da EMAE, privilegiou, em detrimento desta, os interesses da SABESP ao permitir e consentir a captação de água dos reservatórios Billings e Guarapiranga, em prejuízo da vazão desses reservatórios e da geração de energia elétrica pela EMAE, sem a necessária compensação financeira, inviabilizando a utilização satisfatória da Usina Hidrelétrica Henry Borden. Apesar desta ação não ter sido objeto do acordo, a Companhia entende que a aprovação do acordo na Assembleia Geral Extraordinária eliminaria o risco de continuidade deste processo na esfera judicial.

A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2016 os montantes de R\$ 9.018 e R\$ 29.749 nas contas de Outras Obrigações, no passivo circulante e não circulante, respectivamente, que representam o valor presente do saldo de R\$ 46.270 que será pago em cinco parcelas anuais.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Em 9 de novembro de 2016 o Conselho de Administração da EMAE aprovou a transação com a SABESP, nos termos do Instrumento Particular de Transação, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela EMAE na mesma data.

Em 10 de novembro de 2016 a transação foi aprovada pelo Conselho de Administração da SABESP.

Em 30 de dezembro de 2016 a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 3.431, decidiu anuir ao Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças firmado entre a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE e a Companhia cumprindo, assim, a "segunda condição suspensiva" estabelecida para a eficácia do acordo.

#### **(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)**

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

#### **(e) Aval**

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

#### **(f) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP**

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 2016, os gastos com os empregados cedidos pela SABESP às outras entidades estaduais somaram R\$ 10.393 (em 2015 – R\$ 10.481).

Os gastos com funcionários de outras entidades à disposição da SABESP em 2016 somaram R\$ 10 (em 2015 – R\$ 342).

#### **(g) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP**

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 1.853 e R\$ 2.210 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(h) Ativos não operacionais**

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o valor de R\$ 969 relativo a terreno cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

#### **(i) Sabesprev**

A Companhia patrocina plano de benefício definido, operado e administrado pela Sabesprev. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 753.170 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 665.274), conforme Nota 20 (b).

#### **(j) Remuneração da Administração**

- Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia estando sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Colegiada recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano. A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pagos apenas aos Diretores Estatutários – vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais e bônus.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A SABESP paga bônus para fins de remuneração de seus diretores, de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, como política motivacional, desde que a Companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela Companhia, prevalecendo o que for menor.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e dos Diretores foi de R\$ 3.912 e R\$ 4.078 para os exercícios de 2016 e 2015, respectivamente. Uma quantia adicional de R\$ 494, referente ao programa de bônus, foi registrada no exercício de 2016 (em 2015 – R\$ 521).

#### (k) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPEs Aquapolo Ambiental S/A em 30 de março de 2012 e Attend Ambiental S/A em 9 de maio de 2014, com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras. Estes contratos permanecem com as mesmas características, conforme quadro a seguir:

SPE	Saldo principal desembolsado	Saldo de juros	Total	Taxa de juros	Vencimento
Attend Ambiental	5.400	3.071	8.471	SELIC + 3,5 % a.a.	(i)
Aquapolo Ambiental	5.629	6.090	11.719	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016 (ii)
Aquapolo Ambiental	19.000	13.217	32.217	CDI + 1,2% a.a.	30/10/2015 (ii)
Total	30.029	22.378	52.407		

(i) O contrato de mútuo com a SPE Attend Ambiental S/A possui prazo de vencimento de 180 dias, contados a partir da data da disponibilização do respectivo valor na conta da mutuária, renováveis por igual período. O crédito encontra-se vencido desde 11 de maio de 2015 e está sujeito aos encargos contratuais de inadimplência (atualização monetária considerando a variação do IGPM, multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês). O contrato está em renegociação entre as partes.

(ii) O contrato vencido em 30 de abril de 2015 sofreu aditivo, prorrogando seu vencimento para 30 de outubro de 2015. A Companhia e a Aquapolo Ambiental S/A estão renegociando os termos de pagamento e vencimento de ambos os contratos.

Em decorrência das renegociações, o saldo de principal no valor de R\$ 30.029 e juros no valor de R\$ 22.378 que estavam contabilizados no ativo circulante, na rubrica “demais contas a receber”, foram reclassificados para o mesmo grupo do ativo não circulante, até que novas condições de pagamento sejam acordadas. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de principal e juros destes contratos era de R\$ 52.407 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 45.289). Em 2016, a receita financeira reconhecida foi de R\$ 7.118 (em 2015 – R\$ 10.123).

# **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **(I) Programa Se Liga na Rede**

O Governo do Estado sancionou a Lei Estadual nº 14.687/12, criando o Programa Pró-conexão, destinado a subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessária à efetivação de ligações às redes coletoras de esgoto, em domicílios de famílias de baixa renda que concordem em aderir ao programa. Os gastos com o programa, exceto custos indiretos, margem de construção e custos de financiamentos, serão custeados com 80% dos recursos oriundos do Governo do Estado e os 20% restantes investidos pela SABESP, que também é responsável pela execução das obras. Até 31 de dezembro de 2016 o valor total com o programa foi de R\$ 79.274 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 78.447), sendo R\$ 6.148 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 19.305) registrado em saldos a receber com partes relacionadas, o montante de R\$ 34.915 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 34.089) registrado no grupo de intangível e R\$ 38.211 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 25.053) reembolsado pelo GESP.

### **11 Agência Nacional de Águas - ANA**

A Companhia possui contratos firmados no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), também conhecido como "Programa de Compra de Esgoto Tratado".

O programa não financia obras ou equipamentos, remunera pelos resultados alcançados, ou seja, pelo esgoto efetivamente tratado. Nesse programa, a Agência Nacional de Águas (ANA) disponibiliza recursos, que ficam bloqueados em conta corrente específica e são aplicados em fundos de investimentos na Caixa Econômica Federal (CEF), até que sejam comprovados os cumprimentos das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras de cada contrato.

No momento da disponibilização dos recursos é constituído um passivo até que sejam liberados os recursos pela ANA. Após a comprovação das metas estipuladas em cada contrato é reconhecida a receita decorrente desses recursos, porém caso tais metas não sejam cumpridas os recursos são devolvidos ao Tesouro Nacional com os devidos rendimentos dos fundos. Em 31 de dezembro de 2016 os saldos do ativo e do passivo eram de R\$ 81.221 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 88.368), sendo que o passivo está registrado na rubrica "outras obrigações" do passivo não circulante.

### **12 Investimentos**

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE) e, embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão não havendo, no entanto, capacidade de utilizar este poder sobre estas SPEs de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (joint venture ou "negócios em conjunto" – CPC 19(R2)).

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:



## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal ("Inima"), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. ("TGM") e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. ("ETEP"), constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

#### Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental constituiu a empresa Águas de Andradina S/A, com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da empresa era de R\$ 11.551, divididos em 11.551.089 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 12.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Andradina.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

#### Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da empresa era de R\$ 1.620, divididos em 1.620.000 ações nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Águas de Castilho.

As operações foram iniciadas em janeiro de 2011.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Odebrecht Utilities S/A, antiga Foz do Brasil S/A, constituiu a empresa Saneaqua Mairinque S/A, com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Saneaqua Mairinque.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

#### Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituiu a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da empresa era de R\$ 13.400, divididos em 13.400.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 45% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2014.

#### Aquapolo Ambiental S/A.

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Odebrecht Utilities S/A, antiga Foz do Brasil S/A, constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S/A; Quattor Petroquímica S/A; Quattor Participações S/A e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

A Companhia cede como garantia o penhor de 100% de sua participação nas ações da Aquapolo Ambiental S/A.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

#### Paulista Geradora de Energia

Em 13 de abril de 2015, a Companhia adquiriu ações da Empresa Paulista Geradora de Energia S/A - PGE, em sociedade com a Servtec Investimentos e Participações Ltda ("Servtec") e a Tecniplan Engenharia e Comércio Ltda ("Tecniplan"), cujo objeto social é a implantação e exploração comercial de potenciais hidráulicos em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), localizadas na ETA Guaraú e Vertedouro Cascata.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da empresa era de R\$ 8.679, divididos em 8.679.040 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 25% de participação acionária.

Em 31 de dezembro de 2016 as operações ainda não haviam sido iniciadas.

O quadro a seguir apresenta o resumo das demonstrações financeiras das investidas e participação da SABESP:

Empresa	Patrimônio líquido		Dividendos provisionados	Resultado do exercício	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Sesamm	37.198	32.313	(3.716)	8.601	6.082
Águas de Andradina (i)	16.161	15.191	(802)	1.772	2.371
Águas de Castilho	3.706	3.449	(374)	631	773
Saneagua Mairinque	4.090	3.560	(193)	723	1.145
Attend Ambiental	3.925	3.084	-	841	3.195
Aquapolo Ambiental	12.340	11.651	-	689	(4.569)
Paulista Geradora de Energia	8.469	8.509	-	(40)	(114)

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	Investimentos		Dividendos distribuídos	Resultado de equivalência patrimonial		Percentual de participação	
	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Sesamm	13.391	11.633	(1.338)	3.096	2.190	36%	36%
Águas de Andradina	4.849	4.558	(241)	532	711	30%	30%
Águas de Castilho	1.112	1.035	(112)	189	232	30%	30%
Saneaqua Mairinque	1.227	1.068	(58)	217	344	30%	30%
Attend Ambiental	1.766	1.388	-	378	1.388	45%	45%
Aquapolo Ambiental	6.047	5.709	-	338	(2.239)	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	2.117	2.127	-	(10)	(29)	25%	25%
Total	30.509	27.518	(1.749)	4.740	2.597		
Outros investimentos	587	587					
Total geral	31.096	28.105					

### 13 Propriedades para Investimento

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo das “Propriedades para investimento” é de R\$ 57.968 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 56.957). Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o valor de mercado destas propriedades é de aproximadamente R\$ 404.000 e R\$ 392.000, respectivamente.

	31 de dezembro de 2015	Transferências	Baixas e alienações	Reversão das perdas estimadas	Depreciação	31 de dezembro de 2016
Propriedades para investimento	56.957	1.231	(124)	10	(106)	57.968
Total	56.957	1.231	(124)	10	(106)	57.968

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Transferências</b>	<b>Baixas e alienações</b>	<b>Depreciação</b>	<b>31 de dezembro de 2015</b>
Propriedades para investimento	54.039	9.182	(5.859)	(405)	56.957
Total	54.039	9.182	(5.859)	(405)	56.957

## 14 Intangível

### (a) Saldos patrimoniais

	<b>31 de dezembro de 2016</b>			<b>31 de dezembro de 2015</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Líquido</b>
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão – valor patrimonial	9.222.543	(1.739.588)	7.482.955	8.862.581	(1.574.951)	7.287.630
Contratos de concessão – valor econômico	1.925.361	(543.709)	1.381.652	1.819.219	(466.199)	1.353.020
Contratos de programa	9.209.367	(2.633.346)	6.576.021	8.660.552	(2.371.977)	6.288.575
Contratos de programa – compromissos	991.848	(168.632)	823.216	986.086	(135.556)	850.530
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	17.457.658	(2.904.951)	14.552.707	14.767.591	(2.400.574)	12.367.017
Licença de uso de software	575.494	(145.257)	430.237	474.294	(107.440)	366.854
Total	39.382.271	(8.135.483)	31.246.788	35.570.323	(7.056.697)	28.513.626

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Movimentação

	31 de dezembro de 2015	Adições	Renovação de contratos	Perdas estimadas	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2016
Intangíveis decorrentes de:								
Contratos de concessão – valor patrimonial	7.287.630	391.545	(9.587)	(1.335)	1.014	(6.233)	(180.079)	7.482.955
Contratos de concessão – valor econômico	1.353.020	106.307	-	(8)	6	(110)	(77.563)	1.381.652
Contratos de programa	6.288.575	553.126	9.587	(4.360)	2.023	(5.571)	(267.359)	6.576.021
Contratos de programa – compromissos	850.530	5.762	-	-	-	-	(33.076)	823.216
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	12.367.017	2.697.724	-	(4.495)	9.696	(2.894)	(514.341)	14.552.707
Licença de uso de software	366.854	101.367	-	-	(167)	-	(37.817)	430.237
<b>Total</b>	<b>28.513.626</b>	<b>3.855.831</b>	<b>-</b>	<b>(10.198)</b>	<b>12.572</b>	<b>(14.808)</b>	<b>(1.110.235)</b>	<b>31.246.788</b>

	31 de dezembro de 2014	Adições	Renovação de contratos	Reversão das perdas estimadas	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2015
Intangíveis decorrentes de:								
Contratos de concessão – valor patrimonial	7.369.271	574.421	(463.362)	747	(324)	(4.303)	(188.820)	7.287.630
Contratos de concessão – valor econômico	1.281.260	140.732	-	-	(17)	(139)	(68.816)	1.353.020
Contratos de programa	5.379.153	663.399	463.362	4.459	(752)	(11.045)	(210.001)	6.288.575
Contratos de programa – compromissos	702.909	177.424	-	-	-	-	(29.803)	850.530
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	10.986.386	1.900.218	-	18.879	(4.997)	(30.321)	(503.148)	12.367.017
Licença de uso de software	260.547	148.248	-	-	-	-	(41.941)	366.854
<b>Total</b>	<b>25.979.526</b>	<b>3.604.442</b>	<b>-</b>	<b>24.085</b>	<b>(6.090)</b>	<b>(45.808)</b>	<b>(1.042.529)</b>	<b>28.513.626</b>

Em 2016 a Companhia iniciou as operações com os municípios de Iperó, Tarumã e Santa Isabel pelo prazo de 30 anos e em fevereiro de 2017 iniciou as operações no município de Santa Branca.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

### (c) Serviços de construção

	2016		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	2.564.769	1.168.108	3.732.877
Custo de construção	2.508.022	1.143.342	3.651.364
Margem	56.747	24.766	81.513

  

	2015		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	2.090.012	1.246.704	3.336.716
Custo de construção	2.044.606	1.219.202	3.263.808
Margem	45.406	27.502	72.908

### (d) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em sua maioria fundamentada em contratos que estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8 (a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia operava em 366 municípios no Estado de São Paulo (em 31 de dezembro de 2015 – 364). A maioria desses contratos tem duração de 30 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

#### (i) Contratos de concessão – valor patrimonial

Referem-se a municípios assumidos até o ano de 2006, exceto municípios assumidos pelo valor econômico, através de laudo de avaliação patrimonial efetuado por peritos independentes. A amortização dos ativos é calculada de acordo com o método linear, que considera a vida útil dos bens.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(ii) Contratos de concessão – valor econômico**

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas às novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

A amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

#### **(iii) Contratos de programa**

Refere-se à renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão cujo objetivo é a prestação de serviços de saneamento. A amortização dos ativos adquiridos até as datas das assinaturas dos contratos de programa é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Os ativos adquiridos ou construídos após as datas das assinaturas dos contratos de programa são amortizados durante o período do contrato (30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

#### **(iv) Contratos de programa - Compromissos**

A partir do marco regulatório de 2007 as renovações passaram a ser feitas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações Sócio-ambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa, os quais, em sua maioria são de 30 anos.

Em 2016, as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 33.076 (em 2015 – R\$ 29.803).

Os valores ainda não desembolsados estão registrados na rubrica “compromissos contratos de programa” no passivo circulante o montante de R\$ 109.042 e R\$ 228.659 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente e no passivo não circulante o montante de R\$ 69.051 e R\$ 92.055 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, respectivamente. Em 2016 foi utilizada a taxa de 8,06% ao ano (WACC), para cálculo do ajuste a valor presente destes contratos.



## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(v) Contratos de prestação de serviços – São Paulo**

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou com o Estado e o Município de São Paulo um Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;
5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;
6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período, reconhecido contabilmente no resultado, como custo operacional;
7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

Com relação à recuperação, por meio de tarifa, mencionada no item 6 acima, do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a ARSESP editou em abril de 2013 a Deliberação nº 413, adiando a aplicação da Deliberação nº 407 e postergando, até a conclusão do processo de revisão tarifária, o repasse na fatura dos serviços os valores referentes aos encargos municipais que estava estipulado na Deliberação nº 407. O adiamento da aplicação da Deliberação nº 407 se deveu à solicitação do Governo do Estado de São Paulo para estudar, entre outras coisas, métodos de redução nos impactos aos consumidores.

Em 18 de abril de 2014, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 484 apresentando o resultado definitivo da Revisão Tarifária da SABESP, porém tanto a Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Ofício nº 1.309/14-SGM/GAB, como o Estado de São Paulo por meio de requerimento apresentado pela Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, através do ofício ATG/Ofício nº 092/14-CC, solicitaram a prorrogação dos efeitos da Deliberação ARSESP nº 413, publicada no DOE em 20 de março de 2013, até a conclusão da revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo e a SABESP.

Por meio da Deliberação 488, de 7 de maio de 2014, a ARSESP manteve a suspensão da eficácia da Deliberação ARSESP nº 407, publicada em 22 de março de 2013, até serem conhecidos os resultados obtidos na revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo e a SABESP, postergando a autorização para o repasse na fatura dos serviços dos valores referentes aos encargos municipais, legalmente estabelecidos, que, por força dos Contratos de Programa e Contratos de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, devam ser considerados na Revisão Tarifária.

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa 55,46% da receita total da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão reconhecidas nas perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa.

### **(e) Capitalização de juros e demais encargos financeiros**

Em 2016, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão no valor de R\$ 700.743, incluindo o Sistema Produtor São Lourenço e Arrendamentos Mercantis (em 2015 – R\$ 466.544), durante o período de construção.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

### **(f) Margem de construção**

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2016 e 2015 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção para o ano de 2016 e de 2015 foi de R\$ 81.513 e R\$ 72.908, respectivamente.

### **(g) Desapropriações**

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 2016, o total referente às desapropriações foi de R\$ 40.452 (em 2015 - R\$ 66.801).

### **(h) Parceria Público-Privada - PPP**

A SABESP possui transações relacionadas às PPPs mencionadas a seguir. Estas transações e suas respectivas garantias e obrigações estão suportadas em contratos efetuados com base na Lei 11.079/04.

#### **Sistema Produtor Alto Tietê**

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, formada pelas empresas Galvão Engenharia S/A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou-se em outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado a esta PPP, era de R\$ 382.103 e R\$ 393.275, respectivamente. Em 2016 foi utilizada a taxa de desconto de 8,20% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

A SABESP cede mensalmente à sociedade de propósito específico CAB Sistema Produtor Alto Tietê S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 9.773, correspondente ao valor da remuneração mensal. O valor indicado acima é reajustado anualmente pelo IPC – FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da SABESP com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia está efetiva desde o início da operação, e valerá até o término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

#### **Sistema Produtor São Lourenço**

A SABESP e a sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

O contrato tem como objetivo: a) a construção de um sistema produtor de água que consiste principalmente de uma adutora de água que interligará Ibiúna a Barueri e de estação de captação de água em Ibiúna, estação de tratamento de água em Vargem Grande Paulista e reservatórios de água; e b) a prestação de serviços com prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço. As obras foram iniciadas em abril de 2014.

A previsão de término das obras conforme estipulado em contrato é abril de 2018, entretanto, pelo fato de ser uma obra fundamental para garantir a segurança hídrica, a Companhia vem envidando esforços de forma a antecipar sua conclusão para o final de 2017.

O valor contratual estimado atualizado monetariamente para 31 de dezembro de 2016 é de aproximadamente R\$ 7,9 bilhões. Este valor foi calculado considerando-se a antecipação da entrada em operação mencionada acima.

Após o início das operações, a SABESP cederá mensalmente à sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 24,4 milhões, correspondente ao valor da remuneração mensal, acrescida de eventuais juros e encargos. O valor indicado acima será reajustado anualmente pelo IPC - FIPE e deverá transitar mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da SABESP com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A garantia passará a ser efetivada a partir do início da operação adequada do sistema contando com o devido aceite pela SABESP, e valerá até a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro: (i) data de pagamento original da última parcela de juros/ amortização do financiamento principal que a SPE vier a contrair para a consecução das obras; (ii) término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionada a esta PPP, era de R\$ 1.951.538 e R\$ 699.335, respectivamente. A contabilização do ativo intangível é feita de acordo com a evolução física da obra, que em 31 de dezembro de 2016 era de aproximadamente 64% e a contrapartida é a conta de passivo Parceria Público-Privada – PPP. Em 2016 foi utilizada a taxa de desconto de 7,80% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão demonstradas no quadro a seguir, sendo que o aumento nos saldos do passivo ocorreu devido, principalmente, ao avanço na evolução das obras da PPP São Lourenço em 2016.

	<b>31 de dezembro de 2016</b>			<b>31 de dezembro de 2015</b>		
	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Total do passivo</b>
Alto Tietê	31.898	309.858	341.756	33.255	319.076	352.331
São Lourenço	-	1.907.662	1.907.662	-	682.702	682.702
Total	31.898	2.217.520	2.249.418	33.255	1.001.778	1.035.033

#### **(i) Obras em andamento**

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 9.156 milhões de obras em andamento em 31 de dezembro de 2016 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 6.596 milhões), sendo que em 2016 as maiores obras estão localizadas nos municípios de São Paulo, Praia Grande e Franca, nos montantes de R\$ 5.693 milhões (incluso o montante de R\$ 1.952 milhões da PPP São Lourenço), R\$ 257 milhões e R\$ 234 milhões, respectivamente.

#### **(j) Amortização do Intangível**

A taxa média de amortização foi de 3,9% em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

### (k) Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Encontra-se em andamento o projeto de implantação de solução integrada de gestão empresarial (Sistema ERP), que inclui a implementação do módulo administrativo/financeiro e do módulo comercial. A expectativa para início da operação do módulo administrativo/financeiro é abril de 2017.

## 15 Imobilizado

### (a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	92.494	-	92.494	102.708	-	102.708
Edificações	77.548	(34.286)	43.262	79.257	(33.366)	45.891
Equipamentos	338.696	(189.556)	149.140	326.598	(164.380)	162.218
Equipamentos de transporte	11.141	(6.610)	4.531	12.169	(6.477)	5.692
Móveis e utensílios	23.633	(11.647)	11.986	18.664	(10.246)	8.418
Outros	1.181	(211)	970	435	(286)	149
Total	544.693	(242.310)	302.383	539.831	(214.755)	325.076

### (b) Movimentação

	31 de dezembro de 2015	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2016
Terrenos	102.708	-	(10.214)	-	-	92.494
Edificações	45.891	-	(911)	(45)	(1.673)	43.262
Equipamentos	162.218	26.061	(6.380)	(181)	(32.578)	149.140
Equipamentos de transporte	5.692	214	(556)	-	(819)	4.531
Móveis e utensílios	8.418	511	4.258	(10)	(1.191)	11.986
Outros	149	845	-	-	(24)	970
Total	325.076	27.631	(13.803)	(236)	(36.285)	302.383

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2014	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2015
Terrenos	100.533	1.032	1.143	-	-	102.708
Edificações	42.515	1.383	3.347	-	(1.354)	45.891
Equipamentos	146.922	51.610	(8.123)	(340)	(27.851)	162.218
Equipamentos de transporte	7.613	135	(1.109)	(10)	(937)	5.692
Móveis e utensílios	7.124	634	1.629	(23)	(946)	8.418
Outros	138	-	21	-	(10)	149
Total	304.845	54.794	(3.092)	(373)	(31.098)	325.076

#### (c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente conforme segue: edificações 2,3%; equipamentos 15,4%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 7,0%. Os terrenos não são depreciados.

A taxa média da depreciação em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foi de 10,9% e 11,5%, respectivamente.

# Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

## 16 Empréstimos e Financiamentos

### Saldo devedor de empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Em moeda nacional</b>						
Debêntures 10ª Emissão	40.967	120.343	161.310	39.619	155.815	195.434
Debêntures 12ª Emissão	45.450	340.165	385.615	45.450	385.667	431.117
Debêntures 14ª Emissão	39.802	178.571	218.373	38.519	210.961	249.480
Debêntures 15ª Emissão	97.692	672.657	770.349	94.819	728.529	823.348
Debêntures 17ª Emissão	140.144	904.094	1.044.238	140.144	997.259	1.137.403
Debêntures 18ª Emissão	32.436	223.840	256.276	3.167	247.683	250.850
Debêntures 19ª Emissão	199.461	-	199.461	-	498.587	498.587
Debêntures 20ª Emissão	-	495.533	495.533	-	494.500	494.500
Caixa Econômica Federal	59.199	1.088.160	1.147.359	49.491	1.014.850	1.064.341
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.603	33.207	49.810	16.368	49.104	65.472
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	10.987	60.293	71.280	10.329	66.984	77.313
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	4.288	27.007	31.295	4.264	31.206	35.470
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	2.341	21.659	24.000	2.308	23.660	25.968
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	23.219	168.083	191.302	22.347	184.082	206.429
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	30.054	307.862	337.916	17.725	265.663	283.388
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	-	233.967	233.967	-	-	-
Arrendamento Mercantil	14.914	537.602	552.516	11.955	522.940	534.895
Outros	746	10.829	11.575	649	1.270	1.919
Juros e Demais Encargos	121.605	-	121.605	127.862	-	127.862
<b>Total em moeda nacional</b>	<b>879.908</b>	<b>5.423.872</b>	<b>6.303.780</b>	<b>625.016</b>	<b>5.878.760</b>	<b>6.503.776</b>



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Instituição financeira</b>						
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Inter-American Development Bank - BID 713 – US\$25.097 mil (dez/15 – US\$50.195 mil)	81.794	-	81.794	98.001	98.001	196.002
Inter-American Development Bank - BID 896 – (dez/15 – US\$2.778 mil)	-	-	-	10.848	-	10.848
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$92.503 mil (dez/15 – US\$102.781 mil)	33.499	267.979	301.478	40.134	361.204	401.338
Inter-American Development Bank - BID 2202 – US\$438.071 mil (dez/15 – US\$405.072 mil)	75.143	1.339.803	1.414.946	-	1.572.181	1.572.181
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD – US\$79.946 mil (dez/15 – US\$61.158 mil)	-	260.224	260.224	-	238.464	238.464
Deutsche Bank – US\$150.000	-	480.244	480.244	-	-	-
Eurobônus – (dez/15 – US\$140.000 mil)	-	-	-	546.570	-	546.570
Eurobônus – US\$ 350.000 mil (dez/15 – US\$350.000 mil)	-	1.137.395	1.137.395	-	1.362.570	1.362.570
JICA 15 – Iene 14.981.590 mil (dez/15 – Iene 16.134.020 mil)	32.175	386.111	418.286	37.373	485.853	523.226
JICA 18 – Iene 13.470.080 mil (dez/15 – Iene 14.506.240 mil)	28.930	346.889	375.819	33.603	436.548	470.151
JICA 17 – Iene 1.596.251 mil (dez/15 – Iene 1.565.564 mil)	1.205	42.675	43.880	-	50.201	50.201
JICA 19 – Iene 27.596.009 mil (dez/15 – Iene 21.701.103 mil)	-	768.463	768.463	-	701.978	701.978
BID 1983AB – US\$106.346 mil (dez/15 – US\$130.289 mil)	78.030	263.921	341.951	93.490	409.578	503.068
Juros e Demais Encargos	35.883	-	35.883	41.227	-	41.227
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>366.659</b>	<b>5.293.704</b>	<b>5.660.363</b>	<b>901.246</b>	<b>5.716.578</b>	<b>6.617.824</b>
<b>Total dos empréstimos e financiamentos</b>	<b>1.246.567</b>	<b>10.717.576</b>	<b>11.964.143</b>	<b>1.526.262</b>	<b>11.595.338</b>	<b>13.121.600</b>

Cotação de 31 de dezembro de 2016: US\$ – R\$ 3,2591; Iene – R\$ 0,02792 (em 31 de dezembro de 2015: US\$ – R\$ 3,9048; Iene – R\$ 0,03243).

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos, captados durante o ano, com vencimento em até 12 meses.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em moeda nacional	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Atualização monetária
Debêntures 10 <sup>a</sup> Emissão	Recursos próprios	2020	TJLP +1,92% (1 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup> séries) e 9,53% (2 <sup>a</sup> série)	IPCA (2 <sup>a</sup> série)
Debêntures 12 <sup>a</sup> Emissão	Recursos próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14 <sup>a</sup> Emissão	Recursos próprios	2022	TJLP +1,92% (1 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup> séries) e 9,19% (2 <sup>a</sup> série)	IPCA (2 <sup>a</sup> série)
Debêntures 15 <sup>a</sup> Emissão	Recursos próprios	2019	CDI + 0,99% (1 <sup>a</sup> série) e 6,2% (2 <sup>a</sup> série)	IPCA (2 <sup>a</sup> série)
Debêntures 17 <sup>a</sup> Emissão	Recursos próprios	2023	CDI +0,75 (1 <sup>a</sup> série) e 4,5% (2 <sup>a</sup> série) e 4,75% (3 <sup>a</sup> série)	IPCA (2 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup> série)
Debêntures 18 <sup>a</sup> Emissão	Recursos próprios	2024	TJLP + 1,92 % (1 <sup>a</sup> e 3 <sup>a</sup> séries) e 8,25% (2 <sup>a</sup> série)	IPCA (2 <sup>a</sup> série)
Debêntures 19 <sup>a</sup> Emissão	Recursos próprios	2017	CDI + 0,80% a 1,08%	
Debêntures 20 <sup>a</sup> Emissão	Recursos próprios	2019	CDI + 3,80%	
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2017/2038	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	Recursos próprios	2019	2,5% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	Recursos próprios	2023	2,15% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	Recursos próprios	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	Recursos próprios	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	Recursos próprios	2025	1,92% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	Recursos próprios	2028	1,66% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES 2015	Recursos próprios	2035	2,5% + TJLP	
Arrendamento Mercantil		2035	7,73% a 10,12%	IPC
Outros	Recursos próprios	2018/2025	12% (Presidente Prudente) e TJLP + 1,66% (FINEP)	TR

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em moeda estrangeira	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Variação cambial
Inter-American Development Bank - BID 713 – US\$25.097 mil	Governo Federal	2017	4,92% (*)	US\$
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$92.503 mil	Governo Federal	2025	2,68% (*)	US\$
Inter-American Development Bank - BID 2202 - US\$438.071 mil	Governo Federal	2035	2,14% (*)	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD US\$79.946 mil	Governo Federal	2034	1,46% (*)	US\$
Deutsche Bank US\$150.000 mil	-	2019	Libor+4,50% (*)	US\$
Eurobônus – US\$350.000 mil	-	2020	6,25%	US\$
JICA 15 – Iene 14.981.590 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18– Iene 13.470.080 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17– Iene 1.596.251 mil	Governo Federal	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19– Iene 27.596.009 mil	Governo Federal	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$106.346 mil	-	2023	Libor + 1,88% a 2,38% (*)	US\$

(\*) Taxas compostas pela LIBOR + *spread* definido contratualmente.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis em 31 de dezembro de 2016

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 até 2038	TOTAL
<b>EM MOEDA NACIONAL</b>								
Debêntures	595.952	889.446	1.001.491	416.885	197.109	176.668	253.604	3.531.155
Caixa Econômica Federal	59.199	63.465	65.376	67.607	71.067	74.810	745.835	1.147.359
BNDES	87.492	93.280	101.383	83.450	83.007	83.007	407.951	939.570
Arrendamento Mercantil	14.914	39.086	29.074	30.619	32.298	34.124	372.401	552.516
Outros	746	1.453	1.356	1.356	1.356	1.356	3.952	11.575
Juros e Demais Encargos	121.605	-	-	-	-	-	-	121.605
<b>TOTAL EM MOEDA NACIONAL</b>	<b>879.908</b>	<b>1.086.730</b>	<b>1.198.680</b>	<b>599.917</b>	<b>384.837</b>	<b>369.965</b>	<b>1.783.743</b>	<b>6.303.780</b>
<b>EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>								
BID	190.436	108.640	108.640	108.640	108.640	108.640	1.064.582	1.798.218
BIRD	-	-	8.676	17.353	17.353	17.353	199.489	260.224
Deutsche Bank	-	240.122	240.122	-	-	-	-	480.244
Eurobônus	-	-	-	1.137.395	-	-	-	1.137.395
JICA	62.310	63.514	105.162	105.162	105.162	105.162	1.059.976	1.606.448
BID 1983AB	78.030	77.417	57.661	55.852	25.070	25.070	22.851	341.951
Juros e Demais Encargos	35.883	-	-	-	-	-	-	35.883
<b>TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA</b>	<b>366.659</b>	<b>489.693</b>	<b>520.261</b>	<b>1.424.402</b>	<b>256.225</b>	<b>256.225</b>	<b>2.346.898</b>	<b>5.660.363</b>
<b>Total Geral</b>	<b>1.246.567</b>	<b>1.576.423</b>	<b>1.718.941</b>	<b>2.024.319</b>	<b>641.062</b>	<b>626.190</b>	<b>4.130.641</b>	<b>11.964.143</b>

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(a) Debêntures**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 8.163 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 11.514), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

##### **(i) Principais eventos**

Em 2016, a Companhia realizou amortizações no montante de R\$ 663.466, referente principalmente a:

- 19ª emissão, amortização parcial extraordinária das debêntures em circulação, mediante o pagamento de 60% do valor nominal unitário das debêntures, no montante de R\$ 300.000;
- 15ª emissão 1ª série, amortização da primeira parcela das debêntures, no montante de R\$ 94.819;
- 17ª emissão 1ª série, amortização da primeira parcela das debêntures, no montante de R\$ 140.144.

##### **(ii) Covenants**

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

##### **Aplicáveis a 10ª emissão, 14ª emissão e 18ª emissão:**

Covenants financeiros aplicáveis aos contratos de financiamento com o BNDES, exceto para o contrato 08.2.0169.1 (PAC):

Os acordos de financiamentos com o BNDES especificam duas faixas em que a Companhia precisa manter seus indicadores de EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas, Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado, e Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado.

Esses acordos também especificam um mecanismo de garantias, em que a Companhia precisa assegurar que uma porção do valor mensal de recebíveis transite diariamente em uma conta fiduciária vinculada ao BNDES. Neste processo, diariamente após o BNDES notificar ao banco depositário que a Companhia não está em *default*, essa porção do valor mensal de recebíveis é liberada para uma conta movimento da Companhia.

As cláusulas do *covenants* repactuados/aditados são:

- A. Manutenção dos seguintes indicadores, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 meses, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais revisadas ou demonstrações financeiras anuais auditadas prevê a necessidade de transitar pela conta fiduciária vinculada ao BNDES o montante de R\$ 218 milhões por mês:

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas igual ou superior a 3,50;
- Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,00;
- Outras dívidas onerosas(\*) / EBITDA ajustado ser igual ou inferior a 1,00.

(\*) “Outras Dívidas Onerosas” é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de Energia Elétrica.

B. Caso fique caracterizado o descumprimento de um ou mais de um dos indicadores especificados no item A, por dois ou mais trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de doze meses, a Companhia estará descumprindo a primeira faixa de indicadores e a porção do valor mensal de recebíveis que precisa transitar pela conta fiduciária vinculada ao BNDES será automaticamente aumentada em 20%, se mantido os indicadores na seguinte faixa:

- EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas deve ser inferior a 3,50 e igual ou superior a 2,80;
- Dívida líquida Ajustada / EBITDA Ajustado deve ser igual ou inferior a 3,80 e superior a 3,00;
- Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado deve ser igual ou inferior a 1,30 e superior a 1,00.

C. Caso fique caracterizado o descumprimento de um ou mais de um dos indicadores especificados no item B, e/ou a Companhia descumprir a obrigação estipulada de reforço automático da garantia estipulada no item B, a Companhia estará descumprindo as cláusulas de covenants, e o BNDES poderá, a seu exclusivo critério:

- requerer a constituição de outras garantias adicionais, no prazo a ser por ele fixado em notificação;
- suspender a liberação dos recursos; e/ou
- decretar o vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento e/ou dos Contratos de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissões Privadas e Outros Pactos.

O valor cedido em garantia em 31 de dezembro de 2016, para os contratos acima citados, era de R\$ 218 milhões (não inclui a garantia do contrato 08.2.0169.1).

#### *Covenants financeiros aplicáveis ao contrato de financiamento com o BNDES nº 08.2.0169.1:*

- Ebitda ajustado / Receita operacional líquida ajustada: igual ou superior a 38%;
- Ebitda ajustado / Despesas financeiras ajustadas: igual ou superior a 2,35;
- Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado: igual ou inferior a 3,20.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O BNDES verificará anualmente o cumprimento, ou não, dos índices por meio do exame das demonstrações financeiras anuais auditadas, as quais devem ser apresentadas ao BNDES ou publicadas até 30 de abril do ano subsequente aquele que se referirem as demonstrações em questão. Na hipótese de a Companhia cumprir, de forma cumulativa, os índices mencionados acima, o BNDES concederá uma redução nos juros estipulados no Contrato, alterando-se de 2,15% a.a. para 1,82% a.a., que incidirá a partir de 16 de junho do mesmo ano em que a verificação houver sido feita até 15 de junho do ano seguinte.

Os contratos também possuem cláusulas de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações previstas na Escritura, implicará o vencimento antecipado do mesmo.

#### **Aplicável a 12ª emissão:**

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0;
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5;
- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência da escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora; e

A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” o agente fiduciário deverá convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Esta emissão possui cláusula de vencimento antecipado, caso haja o rebaixamento, em mais de dois níveis, a nota de risco em escala nacional “brAA-”, originalmente atribuídas às Debêntures desta emissão pela Agência de Rating, sempre se considerando a tabela de classificação da Standard & Poor’s. Em 31 de dezembro de 2016 a nota de rating da SABESP era de “brA+”.

O contrato possui também cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 50 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará o vencimento antecipado deste contrato.

#### **Aplicáveis a 15ª emissão, 17ª emissão, 19ª emissão e 20ª emissão:**

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65;
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5;
- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência da escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeira divulgadas pela Emissora; e

O não cumprimento das cláusulas de “covenants”, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses, levará ao vencimento antecipado do contrato.

Os contratos possuem cláusula de “cross acceleration”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 90 milhões (para a 19ª e a 20ª emissões montante igual ou superior a R\$ 120 milhões), corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, levará ao vencimento antecipado destes contratos.



## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(b) Caixa Econômica Federal**

##### **(i) Principais eventos**

Em 2016 ocorreram captações no montante de R\$ 113.310, relativo, principalmente, aos contratos em andamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Em 2016, a Companhia realizou amortizações no montante de R\$ 52.315.

A garantia para os contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal é a vinculação da parcela de arrecadação, em conta arrecadadora com a própria Caixa Econômica Federal, na qual deve ser mantido fluxo igual ou no mínimo de três vezes o valor dos encargos mensais, na fase de carência, por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, pelo principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém uma conta reserva, vinculada aos contratos de financiamento, na Caixa Econômica Federal, mantida durante todo o período de vigência dos contratos, na qual é acumulado o montante equivalente a um encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito.

##### **(ii) Covenants**

Os contratos possuem Cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias decorrentes destas contratações, implicará o vencimento antecipado.

Para os contratos vigentes, formalizados entre 28 de maio de 2007 e 13 de março de 2013, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho (\*)

Os contratos vigentes, que foram formalizados com a Caixa Econômica Federal e o BNDES (Baixada Santista, PAC, Onda Limpa, PAC II 9751 e PAC II 9752), cujos recursos foram obtidos por meio de processo de seleção do Ministério das Cidades, contratações entre 28 de maio de 2007 e 13 de março de 2013, estão sujeitos aos compromissos financeiros estipulados no AMD, o qual é calculado quando da divulgação das demonstrações financeiras anuais, conforme previsto a seguir:

De acordo com a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, os contratos que são objetos de fundos públicos de investimento, tendo como fonte de recurso o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) ou Fundo de Amparo ao Trabalhador (“FAT”), os quais passam por seleção do Ministério das Cidades, devem manter um Acordo de Melhoria de Desempenho (“AMD”) válido, tendo metas, para indicadores financeiros e operacionais, projetadas anualmente para os 5 anos seguintes, com base na média dos dois últimos anos.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

#### **Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O Acordo de Melhoria de Desempenho, datado de 28 de maio de 2007 e aditado em agosto de 2012, foi celebrado entre a SABESP e o Governo Federal, tendo como intervenientes a Caixa Econômica Federal e o BNDES. De acordo com este contrato, a Companhia deve cumprir com pelo menos quatro dos oito indicadores operacionais e financeiros, estipulados para o período de 2012 a 2016. Se a Companhia deixar de cumprir cinco destes indicadores, a Caixa Econômica Federal e o BNDES podem suspender os desembolsos e a Companhia seria impedida de celebrar quaisquer outros contratos de financiamento com essas instituições até que novas metas sejam negociadas. É previsto a possibilidade de renegociar as metas se necessário.

Em 14 de março de 2013, através da Instrução Normativa nº 06, o Ministério das Cidades revogou a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, que regulamentava o Acordo de Melhoria de Desempenho. Conforme estipula o artigo 2º da Instrução Normativa nº 06, os AMDs assinados até 13 de março de 2013 permanecerão válidos até a data de expiração de suas respectivas vigências, não sendo necessário a celebração ou a repactuação de AMD para as novas contratações.

#### **(c) BNDES**

O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2016, está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 3.517 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 920), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

##### **(i) Principais eventos**

Em maio de 2016 e dezembro de 2016, a Companhia captou os valores de R\$ 80.000 e R\$ 155.000, respectivamente, referentes à parte do contrato 15.2.0313.1, no valor total de R\$ 747.450. Os recursos provenientes da captação por meio do BNDES 2015 serão destinados a apoiar a interligação do reservatório Jaguari (localizado na Bacia do Rio Paraíba do Sul), com o reservatório Atibainha (localizado na Bacia do PCJ).

Em 2016 ocorreram captações de contratos vigentes, referente principalmente ao contrato BNDES TIETÊ III, no montante R\$ 70.000.

Em 2016, a Companhia realizou amortizações no montante de R\$ 76.469.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida.

##### **(ii) Covenants**

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas padronizadas de covenants financeiros, conforme descrito no item (a), (ii), covenants aplicáveis a 10ª emissão, 14ª emissão e 18ª emissão, desta nota explicativa.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Cláusulas de covenants operacionais aplicáveis a Baixada Santista, PAC, Onda Limpa e PAC II 9751, PAC II 9752:

AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho (\*)

(\*) Vide item (b), (ii) desta nota explicativa.

#### **(d) Arrendamento mercantil**

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, as obras são capitalizadas ao ativo intangível em andamento e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção. Está prevista para 2018 a finalização das obras.

Após a entrada em operação, é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

#### **(e) Eurobônus**

O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2016, está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 3.290 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 4.212), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

##### **(i) Principais eventos**

Em novembro de 2016 ocorreu o pagamento final do principal e juros do contrato Eurobônus 2016, no montante de R\$ 454.168.

##### **(ii) Covenants**

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

Limitar a captação de novas dívidas de modo que:

- a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65;
- o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado no fim de qualquer trimestre, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O contrato possui cláusula “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de qualquer endividamento por empréstimos da Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias (\*) tendo um valor de principal total de US\$ 25.000.000,00 ou mais (ou seu valor equivalente em outras moedas) implicará o vencimento antecipado deste contrato.

(\*) Conforme contrato, entende-se por subsidiária: “a empresa, associação ou outra sociedade da qual mais de 50% de suas ações com direito a voto são de propriedade ou controle, direto ou indireto, de qualquer Pessoa ou uma ou mais outras Subsidiárias de Pessoa, ou suas combinações”.

#### **(f) Deutsche Bank US\$ 150 milhões**

Em 26 de outubro de 2016, a Companhia contratou empréstimo no valor de US\$ 150 milhões, correspondente a R\$ 469.020, pelo prazo de 3 anos, com taxa de juros correspondente a Libor de 3 meses acrescida de 4,50% ao ano. Os juros relativos a este empréstimo serão pagos trimestralmente e a amortização ocorrerá em parcelas semestrais a partir do 18º mês. Os recursos captados foram utilizados na quitação do Eurobônus 2016, no valor de US\$ 140 milhões, e outras dívidas com vencimentos em 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 8.621 que serão amortizados durante a vigência do contrato.

#### **(i) Covenants**

O contrato possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- dívida total em relação ao Ebitda Ajustado, não seja superior a 3,65;
- índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado no fim de qualquer trimestre, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” por dois trimestres consecutivos ou não, levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula de “cross acceleration”, ou seja, ocorrendo o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia ou de qualquer uma de suas Subsidiárias, com valor de principal total ou agregado igual ou superior a R\$ 120 milhões (ou seu equivalente em outra moeda), firmadas sob legislação brasileira, ou com valor de principal total ou agregado igual ou superior a US\$ 50 milhões (ou seu equivalente em outra moeda), no caso de dívidas regidas pelas leis de qualquer jurisdição que não o Brasil, levará ao vencimento antecipado deste contrato.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

(\*) Conforme contrato, subsidiária significa, no tocante a qualquer parceria, sociedade por ações, companhia, associação ou outra entidade comercial da qual a SABESP ou uma ou mais de suas Subsidiárias detiverem, direta ou indiretamente, mais de 50% (a) no tocante a sociedade por ações, das ações ordinárias com direito a voto em circulação representativas do respectivo capital social.

#### **(g) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 12.770 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 9.544), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

#### **(i) Principais eventos**

Em 2016 ocorreram captações de contratos vigentes no montante de R\$ 113.543, referente ao contrato BID 2202 e amortizações no montante de R\$ 133.063, e entre eles a liquidação do contrato BID 896.

#### **(ii) Garantias**

Os empréstimos tomados junto às instituições multilaterais e com Agência do Governo, como o BID, BIRD e JICA, são garantidos pelo Governo Federal contando com a contragarantia do Governo do Estado de São Paulo.

#### **(iii) Covenants**

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Contratos 713 e 1.212 - As tarifas devem: a) produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com administração, operação, manutenção e depreciação; b) proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e c) durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

Estes contratos possuem cláusula de vencimento antecipado, caso haja o inadimplemento, por parte da Companhia, de qualquer obrigação estipulada nestes contratos ou contratos subscritos com o Banco para financiamento dos Projetos.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(h) Agência Japonesa para Cooperação Internacional - JICA**

##### **(i) Principais captações**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 2.971 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 2.646), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

##### **(ii) Principais eventos**

Em 2016 ocorreram captações de contratos vigentes, referente principalmente ao contrato BZ-P19 (JICA 19) no montante de R\$ 187.825.

Em 2016, a Companhia realizou amortizações no montante de R\$ 73.854, referente aos contratos JICA BZ-15 e JICA BZ-18.

Para as garantias concedidas, vide item g (ii) dessa nota explicativa.

##### **(i) AB Loan (IADB 1983AB)**

O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2016, está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 4.641 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 5.684), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

##### **(i) Principais eventos**

Em 2016, a Companhia realizou amortizações no montante de R\$ 83.247.

##### **(ii) Covenants**

A Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado com base nas demonstrações consolidadas, deve ser maior ou igual a 2,35; e

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda Ajustado, determinado com base nas demonstrações consolidadas, deve ser menor que 3,65.

O contrato possui cláusula de vencimento antecipado, ou seja, se ocorrer inadimplemento o BID pode determinar o vencimento antecipado do empréstimo ou parte dele.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

O contrato possui também cláusula de “cross default”, ou seja, se ocorrer um inadimplemento de qualquer outra dívida da Companhia com o próprio BID ou com terceiros (neste caso, se superior a US\$ 25 milhões), o BID pode determinar o vencimento antecipado do empréstimo.

#### **(j) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)**

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo apresentado está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 328 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 346), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

#### **(i) Principais eventos**

Em 2016 ocorreram captações no montante de R\$ 59.983.

Para as garantias concedidas, vide item g (ii) dessa nota explicativa.

#### **(k) Compromissos financeiros – “Covenants”**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

#### **(l) Variação cambial**

No exercício de 2016 houve uma variação na taxa do dólar de 16,5%, passando de R\$ 3,9048 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3,2591 em 31 de dezembro de 2016, gerando um decréscimo na dívida no montante de R\$ 801.936 e o iene apresentou uma variação de 13,9%, passando de R\$ 0,03243 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 0,02792 em 31 de dezembro de 2016, gerando um decréscimo na dívida no montante de R\$ 259.974.

#### **(m) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados**

<b>Agente</b>	<b>31 de dezembro de 2016</b>
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	1.706
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	1.743
Inter-American Development Bank – BID	528
Agência Japonesa para Cooperação Internacional – JICA	296
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	65
Outros	38
<b>TOTAL</b>	<b>4.376</b>

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(\*) Utilizada cotação do Banco Central do Brasil de fechamento da venda na data 30 de dezembro de 2016 (US\$ 1,00 = R\$ 3,2591; ¥ 1,00 = R\$ 0,02792).

A SABESP, para cumprir seu plano de investimentos, conta com um plano de captações de financiamento.

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

## 17 Impostos e contribuições

### (a) Ativo circulante

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Impostos a recuperar</b>		
Imposto de renda e contribuição social	32.365	68.978
IRRF sobre aplicações financeiras	7.057	4.914
Outros tributos federais	2.961	3.661
Outros tributos municipais	250	275
Total	42.633	77.828

A redução no saldo de impostos a recuperar, decorre principalmente do decréscimo na rubrica “imposto de renda e contribuição social”, devido à compensação desses valores com valores a pagar de Pasep e Cofins no exercício.

### (b) Passivo circulante

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Impostos e contribuições a recolher</b>		
Cofins e Pasep	49.132	40.505
INSS	35.376	33.836
IRRF	62.771	11.126
Outros	21.478	21.828
Total	168.757	107.295



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 18 Impostos e contribuições diferidos

#### (a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Impostos diferidos ativo</b>		
Provisões	524.129	480.378
Ganho/perda atuarial – Plano G1	85.044	-
Obrigações previdenciárias – G1	167.922	256.808
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	57.317	53.206
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	266.757	213.171
Prejuízo fiscal	-	58.829
Outros	151.247	121.550
Total do ativo fiscal diferido	1.252.416	1.183.942
<b>Impostos diferidos passivo</b>		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(492.341)	(524.495)
Capitalização de custos de empréstimos	(374.512)	(309.648)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(92.365)	(81.055)
Ganho/perda atuarial – Plano G1	-	(33.726)
Margem de construção	(91.790)	(94.921)
Custas de captação	(15.063)	(11.855)
Total do passivo fiscal diferido	(1.066.071)	(1.055.700)
Ativo fiscal diferido líquido	186.345	128.242

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Realização

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Impostos diferidos ativo</b>		
a ser realizado em até 12 meses	314.725	277.573
a ser realizado depois de um ano	937.691	906.369
Total do ativo fiscal diferido	1.252.416	1.183.942
<b>Impostos diferidos passivo</b>		
a ser realizado em até 12 meses	(143.428)	(42.820)
a ser realizado depois de um ano	(922.643)	(1.012.880)
Total do passivo fiscal diferido	(1.066.071)	(1.055.700)
Ativo fiscal diferido	186.345	128.242

#### (c) Movimentação

	31 de dezembro de 2015	Variação líquida	31 de dezembro de 2016
<b>Impostos diferidos ativo</b>			
Provisões	480.378	43.751	524.129
Ganho/perda atuarial – G1	-	85.044	85.044
Obrigações previdenciárias - G1	256.808	(88.886)	167.922
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	53.206	4.111	57.317
Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa	213.171	53.586	266.757
Prejuízo fiscal	58.829	(58.829)	-
Outros	121.550	29.697	151.247
Total	1.183.942	68.474	1.252.416
<b>Impostos diferidos passivo</b>			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(524.495)	32.154	(492.341)
Capitalização de custos de empréstimos	(309.648)	(64.864)	(374.512)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(81.055)	(11.310)	(92.365)
Ganho/perda atuarial – G1	(33.726)	33.726	-
Margem de construção	(94.921)	3.131	(91.790)
Custas de captação	(11.855)	(3.208)	(15.063)
Total	(1.055.700)	(10.371)	(1.066.071)
Ativo fiscal diferido líquido	128.242	58.103	186.345

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2014	Variação líquida	31 de dezembro de 2015
<b>Impostos diferidos ativo</b>			
Provisões	524.728	(44.350)	480.378
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	(85.271)	-
Obrigações previdenciárias - G1	229.266	27.542	256.808
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	45.742	7.464	53.206
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	222.587	(9.416)	213.171
Prejuízo fiscal	-	58.829	58.829
Outros	112.566	8.984	121.550
<b>Total</b>	<b>1.220.160</b>	<b>(36.218)</b>	<b>1.183.942</b>
<b>Impostos diferidos passivo</b>			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(559.411)	34.916	(524.495)
Capitalização de custos de empréstimos	(253.581)	(56.067)	(309.648)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(87.092)	6.037	(81.055)
Ganho/perda atuarial – G1	(2.514)	(31.212)	(33.726)
Margem de construção	(98.772)	3.851	(94.921)
Custas de captação	(9.312)	(2.543)	(11.855)
<b>Total</b>	<b>(1.010.682)</b>	<b>(45.018)</b>	<b>(1.055.700)</b>
<b>Ativo fiscal diferido líquido</b>	<b>209.478</b>	<b>(81.236)</b>	<b>128.242</b>

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>128.242</b>	<b>209.478</b>
Variação líquida no ano:		
- contrapartida na demonstração de resultado	(60.667)	(50.024)
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial (Nota 20 (b))	118.770	(31.212)
<b>Total da variação líquida</b>	<b>58.103</b>	<b>(81.236)</b>
<b>Saldo final</b>	<b>186.345</b>	<b>128.242</b>

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>
Lucro antes dos impostos	4.129.054	587.529
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa esperada à taxa nominal	(1.403.878)	(199.760)
Benefício fiscal do juros sobre capital próprio	245.637	56.172
Diferenças permanentes		
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(63.039)	(54.679)
Doações	(10.987)	(3.153)
Acordo GESP (Nota 10 (vii))	-	151.465
Outras diferenças	<u>50.311</u>	<u>(1.295)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(1.181.956)</u>	<u>(51.250)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.121.289)	(1.226)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(60.667)	(50.024)
Alíquota efetiva	29%	9%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (Nota 20 b (iii)).

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 19 Provisões

##### (a) Processos e ações que resultam em provisões

###### (I) Saldos Patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na Nota 3.15. O prazo e os montantes dos pagamentos dependem do resultado dos processos judiciais. As provisões estão líquidas de depósitos judiciais, e estão assim demonstradas:

	<b>Provisões</b>	<b>Depósitos judiciais vinculados</b>	<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>Provisões</b>	<b>Depósitos judiciais vinculados</b>	<b>31 de dezembro de 2015</b>
Ações com clientes (i)	572.210	(97.171)	475.039	561.061	(97.711)	463.350
Ações com fornecedores (ii)	332.667	(251.510)	81.157	296.660	(217.625)	79.035
Outras questões cíveis (iii)	131.286	(12.652)	118.634	124.833	(10.681)	114.152
Ações tributárias (iv)	69.898	(2.986)	66.912	62.812	(677)	62.135
Ações trabalhistas (v)	285.413	(3.202)	282.211	283.991	(3.073)	280.918
Ações ambientais (vi)	150.084	(962)	149.122	83.520	(896)	82.624
Total	<u>1.541.558</u>	<u>(368.483)</u>	<u>1.173.075</u>	<u>1.412.877</u>	<u>(330.663)</u>	<u>1.082.214</u>
Circulante	730.334	-	730.334	631.890	-	631.890
Não circulante	811.224	(368.483)	442.741	780.987	(330.663)	450.324

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

### (II) Movimentação

	<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>Provisões adicionais</b>	<b>Juros e atualização monetária</b>	<b>Valores utilizados da provisão</b>	<b>Valores não utilizados (reversão)</b>	<b>31 de dezembro de 2016</b>
Ações com clientes (i)	561.061	109.540	95.459	(87.334)	(106.516)	572.210
Ações com fornecedores (ii)	296.660	12.885	43.679	(20.018)	(539)	332.667
Outras questões cíveis (iii)	124.833	20.638	19.940	(8.080)	(26.045)	131.286
Ações tributárias (iv)	62.812	20.716	14.265	(4.621)	(23.274)	69.898
Ações trabalhistas (v)	283.991	51.408	29.419	(37.072)	(42.333)	285.413
Ações ambientais (vi)	83.520	68.485	23.508	-	(25.429)	150.084
Subtotal	1.412.877	283.672	226.270	(157.125)	(224.136)	1.541.558
Depósitos judiciais vinculados	(330.663)	(38.269)	(27.153)	9.601	18.001	(368.483)
Total	1.082.214	245.403	199.117	(147.524)	(206.135)	1.173.075

  

	<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Provisões adicionais</b>	<b>Juros e atualização monetária</b>	<b>Valores utilizados da provisão</b>	<b>Valores não utilizados (reversão)</b>	<b>31 de dezembro de 2015</b>
Ações com clientes (i)	638.637	34.868	96.735	(92.203)	(116.976)	561.061
Ações com fornecedores (ii)	260.854	7.062	39.143	(5.837)	(4.562)	296.660
Outras questões cíveis (iii)	126.403	13.022	20.643	(12.778)	(22.457)	124.833
Ações tributárias (iv)	55.554	1.501	8.557	(266)	(2.534)	62.812
Ações trabalhistas (v)	235.466	114.499	27.231	(23.431)	(69.774)	283.991
Ações ambientais (vi)	226.404	17.072	16.247	(8.081)	(168.122)	83.520
Subtotal	1.543.318	188.024	208.556	(142.596)	(384.425)	1.412.877
Depósitos judiciais vinculados	(322.971)	(16.892)	(21.791)	26.061	4.930	(330.663)
Total	1.220.347	171.132	186.765	(116.535)	(379.495)	1.082.214

### (b) Processos considerados passivos contingentes

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões ambientais, tributárias, cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pela Administração como passivos contingentes e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida e estão assim representados:

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<b>31 de dezembro de 2016</b>	<b>31 de dezembro de 2015</b>
Ações com clientes (i)	306.500	414.700
Ações com fornecedores (ii)	1.422.000	1.606.100
Outras questões cíveis (iii)	709.400	683.000
Ações tributárias (iv)	1.143.000	945.400
Ações trabalhistas (v)	533.600	483.700
Ações ambientais (vi)	3.317.600	1.277.600
Total	<u>7.432.100</u>	<u>5.410.500</u>

#### **(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos**

##### **(i) Ações com clientes**

Aproximadamente 1.140 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores, 710 ações em que clientes pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e 50 ações nas quais clientes pleiteiam a redução de tarifa com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões conforme item 3.15. O decréscimo ocorrido de R\$ 108.200 nos processos considerados passivos contingentes está relacionado, principalmente, às revisões de expectativas decorrentes de decisões judiciais ocorridas no período.

##### **(ii) Ações com fornecedores**

Estas reclamações foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas conforme item 3.15. O decréscimo de R\$ 184.100 nos processos considerados passivos contingentes está relacionado, principalmente, à revisão de expectativa decorrente de decisões judiciais ocorridas no período.

##### **(iii) Outras questões cíveis**

Referem-se principalmente à indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, que se encontram em diversas instâncias judiciais, provisionadas quando classificadas conforme item 3.15.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(iv) Ações Tributárias**

Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionadas em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia, provisionados quando classificados conforme item 3.15. O acréscimo ocorrido de R\$ 197.600 nos processos considerados passivos contingentes está relacionado, principalmente, às atualizações de processos em andamento.

(a) Em 2006, a Receita Federal, por meio de ação fiscal, verificou o cumprimento por parte da Companhia das obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano calendário 2001, apurando crédito tributário atualizado em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 50.203 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 47.597). A Companhia recorreu desse lançamento e obteve provimento parcial de seu recurso em primeira instância administrativa de julgamento. Em dezembro de 2015, protocolou Recurso Voluntário contra a parte da decisão que lhe foi desfavorável. A Administração da Companhia considera esse processo administrativo como passivo contingente.

(b) O Município de São Paulo, por meio de lei, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e na sequência efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 501.060 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 430.268), que atualmente são objeto de três Executivos Fiscais, considerados pela Administração como passivos contingentes. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada, estando atualmente em fase de agravo de admissibilidade de Recurso Extraordinário interposto. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações, por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo Município. Por não haver decisão final de mérito, a Administração da Companhia considerou o processo como passivo contingente.

(c) A Receita Federal do Brasil indeferiu alguns pedidos de compensação realizados pela Companhia, que objetivavam a extinção de créditos tributários do IRPJ/CSLL, com aproveitamento de montantes que lhe eram favoráveis, oriundos de recolhimentos indevidos do IRPJ/CSLL, pagos por estimativa mensal. O valor envolvido nesses processos atualizados em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 62.039 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 57.612). A Administração da Companhia considerou o processo como passivo contingente.



## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

#### **Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

(d) A Companhia teve indeferido Pedido de Compensação de tributos, devidos nas competências de julho, agosto e setembro de 2002, com o aproveitamento dos créditos advindos do excesso de recolhimentos do IRPJ nos anos de 1997 e 1998 causados pela realocação das parcelas de correção monetária sobre as demonstrações financeiras (Lei 8.200/91), que haviam sido antecipadas no ano de 1996 por força de liminar, posteriormente excluídas por desistência do processo e adesão à MP 38/02. Após o julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, restou não homologado pelo Fisco o crédito provindo da competência de 1997. O valor envolvido está estimado e atualizado em 31 de dezembro de 2016 em R\$ 49.682 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 47.470). A Administração da Companhia considerou o processo como passivo contingente.

(e) Em 23 de junho de 2010, a SABESP celebrou com o Município de São Paulo contrato, cujo objeto é a prestação dos serviços de água e coleta de esgotos. Para a celebração do presente acordo, algumas ações judiciais entre as partes foram extintas. Porém outras não fizeram parte do mencionado ajuste, prosseguindo o feito normalmente. Estas ações, que versam sobre tributos e multas em geral, foram classificadas conforme item 3.15 e consideradas passivos contingentes, e o montante atualizado até 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 19.170 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 17.772) e R\$ 117.941 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 87.650), respectivamente.

(f) Em 2005 a Receita Federal indeferiu parcialmente Pedido de Compensação realizado pela Companhia, que objetivava a extinção de crédito tributário do IRPJ, de aproximadamente R\$ 56.118, e da CSLL, de aproximadamente R\$ 8.659, dos períodos de apuração de janeiro a abril de 2003, com o aproveitamento de saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores. No despacho decisório, a autoridade não homologou o equivalente a R\$ 11.164 de IRPJ e R\$ 698 de CSLL, totalizando valor aproximado de R\$ 11.862. A Companhia obteve provimento parcial no recurso de manifestação de inconformidade interposto, de maneira que considerou como passivo contingente o valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 8.010 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 7.636) e provisionou conforme item 3.15 o valor de R\$ 1.366 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 1.302).

(g) A SABESP interpôs dois mandados de segurança, visando à declaração de inconstitucionalidade de legislações municipais que impunham a cobrança de taxa decorrente de uso de áreas públicas para a instalação de rede de água e de esgoto, para a prestação de serviços públicos de saneamento básico. O primeiro mandado foi julgado improcedente em primeira instância e o Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos do Recurso de Apelação deu provimento parcial para reconhecer a impossibilidade da cobrança de contribuição mensal, por inconstitucionalidade dando como válida a necessidade de caução e demais exigências para a expedição do Termo de Permissão de Uso – TPU, no entanto, esta decisão não surtiu efeito porque as normas, objeto deste primeiro mandado, foram revogadas. No segundo mandado foi concedida parcialmente a segurança para vedar a exigibilidade do preço público e da caução pelo uso das áreas públicas decorrentes da incidência de legislação municipal. Foi negado provimento ao Recurso de Apelação da Municipalidade e aguarda julgamento em instância superior. A Administração considerou como passivo contingente, porém, não foi possível fazer uma estimativa do valor envolvido, tendo em vista as especificidades contidas no processo.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(v) Ações Trabalhistas**

A Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial, terceirização de serviços e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, as quais são classificadas conforme item 3.15 e, conseqüentemente, provisionados. O acréscimo de R\$ 49.900 nos processos considerados passivos contingentes deve-se, principalmente, ao aumento no número de causas ajuizadas, à revisão de expectativas e às atualizações de processos em andamento.

#### **(vi) Ações Ambientais**

As ações ambientais referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento além da imposição de indenizações por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos. O acréscimo de R\$ 66.498 nos processos provisionados conforme item 3.15 (líquido dos depósitos judiciais) está relacionado, principalmente, à duas novas causas, além das atualizações de processos em andamento. O acréscimo de R\$ 2.040.000 nos processos considerados passivos contingentes deve-se, principalmente, à adição de um novo processo, no montante atualizado de R\$ 1.969.247, sendo que para fins de divulgação trata-se do valor questionado pela parte contrária. Ainda não é possível estimar os montantes envolvidos por parte da Companhia, considerando o estágio inicial do processo.

Dentre os principais casos que a Companhia está envolvida, existem ações civis públicas, cujos objetos são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do Município, sob pena de pagamento de multa; c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; dentre outros.

#### **(d) Outros processos relacionados às concessões**

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, casos em que pode perder o direito de explorar os serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto em alguns municípios, dentre os quais destacamos:

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

#### **Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

(a) O município de Cajobi ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, que foi julgada procedente para manter o município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto. Atualmente aguarda a apreciação de Agravo Regimental interposto contra a decisão que negou seguimento ao Recurso Especial. Paralelamente, a SABESP ajuizou ação cautelar antecipada de provas contra o município de Cajobi objetivando a discriminação e a avaliação dos bens, direitos, equipamentos inerentes aos serviços reversíveis, bem como não reversíveis sem prejuízo da constatação de outros valores, conforme o contrato de concessão nº 03/94, a qual se encontra em fase de perícia, para posterior ajuizamento de ação indenizatória, sendo considerada como passivo contingente;

(b) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse contra o município de Álvares Florence, que foi julgada improcedente com trânsito em julgado em 3 de junho de 2015 e a operação não está mantida. A SABESP ajuizou também demanda indenizatória, distribuída em 3 de fevereiro de 2016, postulando a condenação do Município ao pagamento de valor correspondente a soma de todos os bens revertidos com a retomada dos serviços, conforme disposição contratual. Após apresentação de defesa e das especificações de provas, foi proferida sentença de parcial procedência em 22 de setembro de 2016 e interposto recurso de apelação pela SABESP, sendo considerada um ativo contingente;

(c) O município de Macatuba ajuizou contra a SABESP ação de reintegração de posse a qual foi julgada procedente. A SABESP não opera no município e a probabilidade de voltar a operar é remota. Paralelamente a SABESP ajuizou Ação de Rito Ordinário, para condenar a municipalidade ao pagamento de indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados ou depreciados. A ação se encontra na fase de perícia, sendo considerada um passivo contingente. Nesta mesma ação, o município de Macatuba reconviu por entender que a SABESP auferiu, mediante cobrança de tarifas, mais do que a quantia investida no sistema de água e esgoto, requerendo a condenação desta Companhia em indenização a ser apurada por meio de perícia, considerada como passivo contingente;

(d) A Companhia ingressou com ação de manutenção de posse em face do município de Iperó, sendo que foi julgada improcedente. Diante da formalização de Contrato de Programa entre a SABESP e o Município, a SABESP requereu em 13 de outubro de 2016 em conjunto com o Município a desistência da ação, tendo o acordo sido homologado em Juízo em 6 de dezembro de 2016;

(e) O município de Embaúba ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, que foi julgada procedente para manter o município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto. Houve trânsito em julgado em 29 de maio de 2015. A ação de indenização foi ajuizada tendo sido julgada improcedente em 1ª instância. Atualmente aguarda o julgamento da apelação, sendo considerada um passivo contingente;

(f) O município de Araçoiaba da Serra ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, que foi julgada procedente para manter o município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto, a qual transitou em julgado. A SABESP ajuizou ação de indenização contra a municipalidade, a qual se encontra em andamento, em fase de perícia, sendo considerada um passivo contingente;

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

#### **Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

(g) O município de Itapira ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, que foi julgada procedente para manter o município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto. A SABESP ajuizou ação de indenização contra a municipalidade, e paralelamente requereu tutela provisória, sendo que esta tutela foi indeferida em primeira instância, a SABESP recorreu e esta decisão foi mantida nos Tribunais. Enquanto se discutia a tutela a ação principal ficou sobrestada. Atualmente estamos aguardando o Juiz decidir pela continuidade desta ação, sendo considerada um passivo contingente;

(h) O município de Tuiuti mediante ação declaratória, obteve o direito de se manter à frente dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos. No entanto, em sede de reconvenção, o município foi condenado ao pagamento de indenização, a ser corrigida desde março de 1996, decisão esta definitiva que passou a ser objeto de execução por parte da SABESP. Em 7 de dezembro de 2016 foi expedido ofício requisitório objetivando o pagamento da condenação. A SABESP não opera no município. Na Reconvenção consideramos como passivo contingente.

O valor do ativo intangível referente aos municípios citados nos processos acima é de R\$ 28.273 em 31 de dezembro de 2016 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 33.502). Caso algum município tenha êxito final na justiça lhe assegurando a reintegração de posse e operação dos serviços de saneamento, a legislação brasileira prevê a indenização dos investimentos efetuados pela Companhia.

#### **(e) Seguro garantia de depósitos judiciais**

Durante o segundo trimestre de 2015, a Companhia contratou seguro garantia para depósitos judiciais no montante de R\$ 500 milhões. A finalidade desse seguro é a utilização em demandas judiciais uma vez que, ao invés do desembolso de numerário imediato por parte da Companhia, é utilizada a garantia dada pelo seguro até a conclusão desses processos judiciais ou o período de vigência do contrato de até três anos.

Durante o ano de 2016, a Companhia utilizou o montante de R\$ 134.377 do valor total contratado (R\$ 238.540 em 2015).

## **20 Benefícios a funcionários**

### **(a) Plano de benefício assistencial**

Administrado pela Sabesprev e constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram às seguintes:

- . Da Companhia: 7,3% (31 de dezembro de 2015 – 7,4%) em média da folha bruta de salários;
- . Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,6% da folha de pagamento.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) Planos de benefícios previdenciários

	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Plano financiado – G1 (i)</b>		
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.465.721	2.252.204
Valor justo dos ativos do plano	(1.712.551)	(1.586.930)
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	753.170	665.274
<b>Plano não financiado – G0 (iii)</b>		
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.512.080	2.166.942
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	2.512.080	2.166.942
<b>Passivo no balanço patrimonial – obrigações previdenciárias (*)</b>	<b>3.265.250</b>	<b>2.832.216</b>

O aumento do passivo em 2016 deve-se, principalmente, pelo decréscimo na taxa de desconto para os planos G1 e G0 para 5,74% e 5,71% em 2016 em comparação a 7,23% e 7,25% em 2015, respectivamente.

A Companhia em atendimento a CPC33 (R1) e IAS19, reconhece os ganhos/(perdas) decorrentes de alterações de premissas atuariais no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Plano G1	Plano G0	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	(541.783)	(241.711)	(783.494)
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	192.458	-	192.458
Total dos ganhos/(perdas)	(349.325)	(241.711)	(591.036)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Plano G1	118.770	-	118.770
Ajuste de avaliação patrimonial	(230.555)	(241.711)	(472.266)

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<b>Plano G1</b>	<b>Plano G0</b>	<b>Total</b>
Em 31 de dezembro de 2015			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	228.191	(24.224)	203.967
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	(136.389)	-	(136.389)
Total dos ganhos/(perdas)	91.802	(24.224)	67.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Plano G1	(31.212)	-	(31.212)
Ajuste de avaliação patrimonial	60.590	(24.224)	36.366

#### (i) Plano G1

Administrado pela Sabesprev, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da Sabesprev que é o seguinte:

- 1,21% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 10,24% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 753.170 (R\$ 665.274 em 31 de dezembro de 2015) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos do plano.

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Obrigação de benefício definido, início do exercício	2.252.204	2.249.794
Custo do serviço corrente	35.845	46.355
Custo dos juros	285.227	286.735
(Ganhos)/perdas atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	541.783	(228.191)
Efeito da migração de planos – redução antecipada/curtailment	(525.992)	-
Benefícios pagos	(123.346)	(102.489)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	2.465.721	2.252.204

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A movimentação do valor justo dos ativos do plano ao longo do ano é como segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	1.586.930	1.573.723
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	201.779	205.981
Contribuições esperadas da Companhia	23.046	23.052
Contribuições esperadas dos participantes	23.525	23.052
Benefícios pagos	(123.347)	(102.489)
Ganhos/(perdas) atuarias contabilizados como ajustes de avaliação patrimonial	192.458	(136.389)
Efeito da migração de planos – redução antecipada/curtailment	(191.840)	-
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	1.712.551	1.586.930
 (Déficit)/Superávit apurado	 (753.170)	 (665.274)

Os gastos reconhecidos no exercício são como segue:

	<b>2016</b>
Custo do serviço líquido	13.562
Custo dos juros	285.227
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(201.778)
 Total dos gastos	 97.011

Em 2016 os gastos relacionados à obrigação de benefício definido nos montantes de R\$ 60.263, R\$ 7.982 e R\$ 24.557, foram alocadas em custos operacionais, despesas de vendas e despesas administrativas. O montante de R\$ 4.209 foi capitalizado no ativo.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

#### **Redução antecipada (Curtailment)**

Com o objetivo de solucionar o déficit referente ao Plano de Benefício Definido (BD) G1, em agosto de 2016, a SABESP e a Sabesprev deram continuidade ao processo de migração através do qual 3.572 participantes optaram pela mudança do plano BD para um plano de Contribuições Definidas - "Sabesprev Mais". O processo foi efetuado nos exatos termos da migração iniciada em 2010, ou seja, esta situação foi uma retomada das migrações passadas, portanto, nenhuma cláusula foi alterada, respeitando as regras que constam em regulamento.

A Companhia registrou um ganho em decorrência do processo de migração ocorrido, "redução antecipada/curtailment", liquidação parcial do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 334.152 e efetuou o pagamento de R\$ 30.891 relativo à contribuição extraordinária e incentivo aos participantes que migraram em agosto de 2016.

Despesas previstas	<b>2017</b>
Custo do serviço líquido	17.582
Custo dos juros líquido	260.409
Contribuição dos participantes	(52.675)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(183.689)
Despesa a ser reconhecida pelo empregador	<u>41.627</u>

#### **Premissas atuariais:**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	5,74% a.a.	7,23% a.a.
Taxa de inflação	4,87% a.a.	6,49% a.a.
Taxa de rendimento esperada dos ativos	10,89% a.a.	14,19% a.a.
Aumento salarial futuro	6,97% a.a.	8,62% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

Em 31 de dezembro de 2016 o número de participantes ativos era de 4.547 (8.130 em 31 de dezembro de 2015), e o de inativos era de 6.896 (6.956 em 31 de dezembro de 2015).

O benefício a ser pago do plano de pensão G1, esperado para o ano de 2017 é de R\$ 152.638.



## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 em 2016 foram de R\$ 24.288 (em 2015 – R\$ 23.651) e R\$ 21.895 (em 2015 – R\$ 24.216), respectivamente.

Desde dezembro de 2016, a Companhia iniciou o pagamento do déficit atuarial para o plano de pensão G1 com contribuição inicial no valor de R\$ 2.963.

**A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2016 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:**

<b>Plano de pensão - G1</b>	<b>Alteração da premissa</b>	<b>Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido</b>
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 248.941
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 290.801
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 40.775
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 35.314
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 31.478
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 42.306

### **Ativos do plano**

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados a utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local e internacional, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela Sabesprev e de consultores financeiros independentes:

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

		<u>31 de dezembro de 2016</u>	<u>31 de dezembro de 2015</u>
Renda fixa			
- NTNBs		997.027	834.535
- NTNCs		141.405	141.104
- NTNFs		5.803	6.201
- LTNs		-	23.537
Títulos públicos em carteira própria	(a)	<u>1.144.235</u>	<u>1.005.377</u>
Cotas de fundos de renda fixa	(b)	95.854	99.664
Cotas de fundos de investimento em crédito privado	(c)	139.665	129.317
Debêntures		<u>3.940</u>	<u>4.330</u>
Total renda fixa		1.383.694	1.238.688
Renda variável			
Cotas de fundos de investimento em ações	(d)	180.721	174.794
Ações		<u>15.467</u>	<u>2.121</u>
Total renda variável		196.188	176.915
Investimentos estruturados			
Cotas de fundos de investimento em participações	(e)	76.680	89.165
Cotas de fundos de investimento imobiliários	(f)	18.428	25.885
Cotas de fundos de investimento multimercados	(g)	<u>31.195</u>	<u>4.313</u>
Total investimentos estruturados		126.303	119.363
Outros	(h)	6.366	51.964
Valor justo dos ativos do plano		<u>1.712.551</u>	<u>1.586.930</u>

(a) Renda fixa: composta por títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, que vão de 2024 a 2055. Esses papéis têm como indexador os seguintes índices: NTN-b indexado pelo IPCA, NTN-c indexado pelo IGPM e NTN-f que tem indexador pré-fixado.

(b) Cotas de Fundo de Renda Fixa: Fundos de investimentos que buscam retorno em ativos de renda fixa e devem possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente, sintetizados via derivativos, ao fator de risco.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

(c) Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado: Fundos que buscam retorno por meio de aquisição de operações representativas de dívidas corporativas ou de carteira de recebíveis pulverizadas (diretos ou títulos), originadas e vendidas por diversos cedentes, que antecipam recursos e têm como lastros, recebíveis de atividades empresariais diversas.

(d) Renda variável: Fundo de ações, composto por ações de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

(e) Cotas de Fundos de Investimento em Participações: Constituído em forma de condomínio fechado. Os recursos sob sua administração são destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas.

(f) Cotas de Fundos de Investimento Imobiliários: Fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, shopping centers, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do Fundo ou pela venda das suas cotas no Fundo.

(g) Cotas de Fundos de Investimento Multimercados: Podem ser classificados como Multimercados Referenciados DI ou Multimercado Long & Short, buscam retorno básico do CDI ou arbitragem em ações, respectivamente.

(h) Outros: Investimentos no exterior (cotas de fundos de investimento em ações de empresas globais, majoritariamente empresas americanas), empréstimos, imóveis, exigível operacional, exigível contingencial, etc.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional não serão permitidos;
- ii) instrumentos derivativos só devem ser utilizados para proteção.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são como segue:

- i) operações de *day-trade* não serão permitidas;
- ii) é proibida a venda de ações a descoberto;
- iii) são proibidas operações de *swap* sem garantia;
- iv) não será permitida a alavancagem, operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

#### **Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Em 31 de dezembro de 2016, a Sabesp possuía em sua carteira de investimentos debêntures emitidas pela Companhia no valor de R\$ 3.937 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 4.330). Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

O Mercado de Capitais brasileiro foi afetado positivamente em 2016, favorecido pela expectativa de ajustes macroeconômicos estruturais. A rentabilidade consolidada dos ativos atingiu 15,99% em 2016, superando sua Meta Atuarial que variou 12,44% no mesmo período. Tal rentabilidade havia encerrado 2015 no patamar de 12,82%.

Na Renda Fixa, preponderaram as estratégias focadas em títulos públicos, que se valorizaram diante da já anteriormente citada expectativa de aprovação de reformas estruturantes.

Na Renda Variável, obedecendo a mesma dinâmica, as ações de empresas brasileiras listadas na BM&FBOvespa se valorizaram, antecipando a expectativa de crescimento de lucros que pode acontecer se acontecer uma recuperação econômica. No ano de 2016, o retorno do principal índice bursátil brasileiro, que é o Ibovespa, foi de 38,94% e ilustra essa afirmação. Em 2015, o índice Ibovespa apresentou recuo de 13,31%.

Os Investimentos Estruturados apresentaram uma leve desvalorização, causada pelos investimentos em Fundos de Participação, que requerem investimentos iniciais antes de apresentarem os retornos esperados pela venda das empresas investidas após o desenvolvimento e valorização.

Os Investimentos no Exterior tiveram uma performance negativa no ano de 2016, 15,6% no ano, em função da depreciação do dólar frente ao real. O mesmo portfólio se valorizou 50,4% em 2015.

#### **(ii) Plano de benefício previdenciário – Contribuição definida**

Em 31 de dezembro de 2016, o Plano Sabesp Mais, modelado em contribuição definida tinha 9.453 participantes entre ativos e assistidos (em 31 de dezembro de 2015 – 5.213).

Para o Plano Sabesp Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante. Em 2016 os gastos relacionados à obrigação de contribuição definida, nos montantes de R\$ 5.954, R\$ 814 e R\$ 2.601, foram alocados em custos operacionais, despesas de vendas e despesas administrativas, respectivamente. O montante de R\$ 1.381 foi capitalizado no ativo. Em agosto de 2016 a Companhia finalizou o processo de migração iniciado em 2010 e efetuou o pagamento relativo à contribuição extraordinária e incentivo aos participantes que migraram no montante de R\$ 30.891 e efetuou o pagamento do saldo anteriormente existente relativo à migração ocorrida em 2010, no montante de R\$ 7.214.

A Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 10.750, no exercício de 2016 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 9.472).

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

#### **(iii) Plano G0**

De acordo com a Lei Estadual nº 4819/58, funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de dezembro de 2016, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 2.512.080 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 2.166.942).

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Obrigação de benefício definido, início do exercício	2.166.942	2.053.527
Custo dos juros e serviço corrente	282.117	248.054
(Ganhos)/perdas atuariais contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	241.711	24.224
Benefícios pagos	(178.690)	(158.863)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u>2.512.080</u>	<u>2.166.942</u>

Os gastos reconhecidos no exercício são como segue:

	<b>2016</b>
Custo dos juros e serviço corrente	282.117
Valor recebido do GESP (incontroverso)	(96.709)
Total dos gastos	<u>185.408</u>

Em 2016 a despesa relacionada à obrigação de benefício definido nos termos do Plano G0 foi registrada em despesas administrativas.

Despesas previstas	<b>2017</b>
Custo dos juros	262.873
Despesa a ser reconhecida	<u>262.873</u>

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais premissas atuariais utilizadas:

	2016	2015
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	5,71% a.a.	7,25% a.a.
Taxa de inflação	4,87% a.a.	6,49% a.a.
Aumento de benefícios futuros	6,97% a.a.	8,62% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativos do plano G0 em 31 de dezembro de 2016 era de 13 (15 em 31 de dezembro de 2015) e o número de participantes assistidos e pensionistas em 31 de dezembro de 2016 era de 2.200 (2.186 em 31 de dezembro de 2015).

O benefício a ser pago do plano de pensão G0, esperado para o ano de 2017 é de R\$ 186.997.

**A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2016 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:**

Plano de pensão – G0	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 223.664
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 263.501
Taxa de crescimento de benefício	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 271.054
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 233.253
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 67.572
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 68.100

### (c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2016, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo a pagar relativo ao Programa, estava registrado na rubrica “salários, encargos e contribuições sociais”, no montante de R\$ 83.687 (em 31 de dezembro de 2015 – R\$ 76.634).

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

#### **21 Serviços a pagar**

Na conta de serviços, são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias entre outros. Também são registrados os valores a pagar do repasse de 7,5% da receita do Município de São Paulo para o Fundo Municipal (Nota 14 (d) (v)). Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 eram de R\$ 460.054 e R\$ 387.279, respectivamente.

#### **22 Patrimônio líquido**

##### **(a) Capital autorizado**

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 15.000.000 (31 de dezembro de 2015 – R\$ 15.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

Em caso de aumento do capital social, emissão de debêntures conversíveis e/ou bônus de subscrição mediante subscrição particular, os acionistas terão direito de preferência na proporção do número de ações que possuem na ocasião, observado o disposto no Artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

##### **(b) Capital social subscrito e integralizado**

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 o capital social subscrito e integralizado é composto de 683.509.869 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	<b>31 de dezembro de 2016</b>		<b>31 de dezembro de 2015</b>	
	<b>Número de ações</b>	<b>%</b>	<b>Número de ações</b>	<b>%</b>
Secretaria da Fazenda	343.524.285	50,26%	343.524.285	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	206.955.305	30,28%	199.719.739	29,22%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	132.401.813	19,37%	139.637.913	20,43%
Outros	628.466	0,09%	627.932	0,09%
	<b>683.509.869</b>	<b>100,00%</b>	<b>683.509.869</b>	<b>100,00%</b>

(\*) cada ADR corresponde a 1 ação.

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(c) Remuneração aos acionistas**

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	<b>2016</b>
Lucro líquido do exercício	2.947.098
(-) Reserva legal - 5%	(147.355)
	<hr/> 2.799.743 <hr/>
Dividendo mínimo obrigatório – 25% (R\$ 1,0240 por ação)	<hr/> 699.936 <hr/>

A Assembleia Geral de Acionistas aprovou em 29 de abril de 2016, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 149.893, relativo ao exercício de 2015. Dessa forma, o valor de R\$ 22.527, relativo ao excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto, registrado no patrimônio líquido de 2015 na rubrica “dividendos adicionais propostos” foi transferido para o passivo circulante. O pagamento teve início em junho de 2016.

A Companhia propôs “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas de 2017, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 699.936 e dividendos adicionais propostos no montante de R\$ 123.557, perfazendo um total de R\$ 823.493, correspondentes a R\$ 1,2048 por ação ordinária, a serem referendados na Assembleia Geral em 29 de abril de 2017.

A Companhia registrou dividendos a pagar na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 699.936, considerando o limite mínimo estabelecido no estatuto. O montante excedente ao valor do dividendo mínimo obrigatório devido no exercício, de R\$ 123.557 foi reclassificada dentro do Patrimônio Líquido para a conta de “Dividendos adicionais propostos”, neste montante está considerado o valor do imposto de renda na fonte de R\$ 60.838.

De acordo com a Deliberação CVM nº 207/1996, a Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 60.838 referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativos ao crédito dos juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar de juros sobre capital próprio, em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 700.034, refere-se ao valor declarado em 2016 de R\$ 699.936, líquido do imposto de renda retido na fonte e R\$ 98 declarados em exercícios anteriores.



## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **(d) Reserva legal**

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

#### **(e) Reserva de investimentos**

Reserva de lucros - reserva para investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo da reserva para investimentos era de R\$ 5.249.830 e R\$ 3.273.580, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 28 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá os seguintes critérios:

- I- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- II- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
  - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
  - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
  - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
  - d) na incorporação ao capital social.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (f) Destinação do lucro do exercício

	<u>2016</u>
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	2.947.098
(-) Reserva legal – 5%	147.355
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	699.936
(-) Dividendos adicionais propostos	<u>123.557</u>
Reserva de investimentos constituída em 2016	<u><u>1.976.250</u></u>

A Administração encaminhará para aprovação da Assembleia Geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R\$ 1.976.250 para a conta de Reserva para Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos previstas no Orçamento de Capital.

#### (g) Lucros acumulados

Lucros acumulados: o saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

#### (h) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Ver na Nota 20 (b) a divulgação da composição dos valores contabilizados em 2016 e 2015.

	<u>G1</u>	<u>G0</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	65.470	(418.852)	(353.382)
Ganhos/(perdas) atuariais do exercício (Nota 20 (b))	<u>(230.555)</u>	<u>(241.711)</u>	<u>(472.266)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(165.085)	(660.563)	(825.648)

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 23 Lucro por ação

##### Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	2016	2015
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	2.947.098	536.279
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	683.509.869	683.509.869
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	4,31	0,78

#### 24 Informações por segmento de negócios

A Companhia, em 2016, passou a realizar ligações de água apenas aos clientes (residencial, comercial e industrial) que também se conectarem à rede de esgoto. Anteriormente, a Companhia efetuava ligações de água mesmo que o cliente não solicitasse a ligação de esgoto.

O objetivo desta medida, que passou a ser aplicada em todos os municípios operados pela SABESP, é reduzir a poluição gerada pelo despejo de rejeitos em córregos, rios, praias e lençóis freáticos e ampliar os benefícios para o meio ambiente e para a saúde da população.

A decisão de realizar ligações de água apenas aos clientes que também se conectarem à rede de esgoto foi tomada pelo principal gestor das operações, que no caso da SABESP é a Diretoria Colegiada, por entender que a Companhia deve prestar serviços de saneamento e não apenas serviços individualizados de água e esgoto.

Esta mudança ocorrida na estrutura do negócio, alterou o foco nas tomadas de decisões. Desta forma, a análise das atividades passou a ser feita de forma consolidada, ou seja, a Companhia possui apenas um segmento operacional, de saneamento, diferentemente dos segmentos anteriormente apresentados, que eram divulgados entre água e esgoto e estão demonstrados a seguir:

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Resultado

	2016		
	Saneamento	Reconciliação para a demonstração do resultado	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	11.122.232	3.732.877	14.855.109
Deduções da receita bruta	(756.901)	-	(756.901)
Receita operacional líquida	10.365.331	3.732.877	14.098.208
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(7.026.699)	(3.651.364)	(10.678.063)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	3.338.632	81.513	3.420.145
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas			4.722
Equivalência patrimonial			4.740
Resultado financeiro, líquido			699.447
Lucro operacional antes dos impostos			4.129.054
Depreciação e amortização	1.146.626	-	1.146.626

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		2015 (Reapresentado)	
	Saneamento	Reconciliação para a demonstração do resultado	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	8.946.825	3.336.716	12.283.541
Deduções da receita bruta	(571.972)	-	(571.972)
Receita operacional líquida	8.374.853	3.336.716	11.711.569
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(5.550.122)	(3.263.808)	(8.813.930)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	2.824.731	72.908	2.897.639
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas			143.755
Equivalência patrimonial			2.597
Resultado financeiro, líquido			(2.456.462)
Lucro operacional antes dos impostos			587.529
Depreciação e amortização	1.074.032	-	1.074.032

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Explicação para os itens de reconciliação para as Demonstrações Financeiras.

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos são:

	2016	2015
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	3.732.877	3.336.716
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	(3.651.364)	(3.263.808)
Margem de construção	81.513	72.908

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), “Contratos de Construção” (IAS 11) usando o método de execução percentual. Vide Nota 14 (c) e (f).

## 25 Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguros que cobrem, entre outros, incêndio e demais danos aos bens, edifícios de escritórios e seguro de responsabilidade contra terceiros, adicionalmente, também mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil para conselheiros e diretores (“seguro D&O”) e seguro garantia judicial (conforme descrito na nota 19 (e)) e seguro garantia tradicional. A Companhia contrata seguros por meio de licitações que contam com a participação das principais companhias seguradoras brasileiras e internacionais que operam no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros da Companhia é a seguinte:

	Importância Segurada
Riscos nomeados – incêndio	2.007.040
Riscos de engenharia	1.814.000
Seguro garantia judicial	500.000
Seguro garantia tradicional	100.000
Responsabilidade civil – D&O ( <i>Directors and Officers</i> )	100.000
Responsabilidade civil – obras	71.590
Transporte nacional e internacional	55.040
Responsabilidade civil – operacional	3.000
Outros	29
Total	4.650.699

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 26 Receitas operacionais

##### (a) Receita de serviços de água e esgoto:

	2016	2015
Região Metropolitana de São Paulo	7.749.694	6.021.949
Sistemas Regionais (i)	3.372.538	2.924.876
Total (ii)	11.122.232	8.946.825

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de água e esgoto, no montante de R\$ 11.122.232, a qual não considera a receita de construção, sofreu um acréscimo de R\$ 2.175.407 ou 24,3%, quando comparada aos R\$ 8.946.825 totalizados em 2015.

Os principais fatores responsáveis pelo acréscimo foram o reajuste tarifário de 15,2% (7,8% de reajuste tarifário ordinário e 6,9% de revisão tarifária extraordinária) desde junho de 2015, reajuste de 8,4% desde maio de 2016 e aumento no volume faturado total em 4,4% em 2016 quando comparado a 2015.

A receita foi impactada também pelo Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água (Bônus) sendo apurada uma redução na receita de R\$ 187.405 em 2016 ante R\$ 926.057 em 2015 e pela aplicação da Tarifa de Contingência que gerou um acréscimo na receita no montante de R\$ 224.724 em 2016 ante R\$ 499.730 em 2015.

Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água da SABESP (Bônus) e Tarifa de Contingência (Ônus)

Foi aprovado pela ARSESP por meio da Deliberação nº 469/2014 o Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água da Sabesp (Bônus), com o objetivo de fornecer um incentivo econômico para estimular moradores da Grande São Paulo a reduzir o consumo de água. A medida foi adotada em função do calor recorde e da falta de chuvas que culminou na crise hídrica que perdurou nos anos de 2014 e 2015.

A ARSESP publicou em 07 de janeiro de 2015, a Deliberação nº 545, por meio da qual autorizou a adoção da tarifa de contingência aos usuários cujo consumo mensal ultrapassasse a média apurada no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014.

Em 30 de março de 2016 foram publicadas as Deliberações ARSESP nº 640 e 641 que, respectivamente, cancelaram a aplicação da tarifa de contingência (Ônus) e o Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água da SABESP (Bônus). Estes cancelamentos foram aplicados às leituras de hidrômetros desde 1º de maio de 2016.

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

### (b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	2016	2015
Receita de serviços de água e esgoto	11.122.232	8.946.825
Receitas de construção (Nota 14 (c))	3.732.877	3.336.716
Impostos sobre vendas	(756.901)	(571.972)
Receita líquida	14.098.208	11.711.569

### 27 Custos e despesas operacionais

	2016	2015
<b>Custos operacionais</b>		
Salários, encargos e benefícios	1.718.199	1.503.383
Obrigações previdenciárias	(131.469)	75.247
Custos de construção (Nota 14 (c))	3.651.364	3.263.808
Materiais gerais	173.224	172.561
Materiais de tratamento	279.150	269.294
Serviços de terceiros	845.334	791.156
Energia elétrica	932.435	815.164
Despesas gerais	471.965	369.213
Depreciação e amortização	1.072.918	1.000.937
	9.013.120	8.260.763
<b>Despesas com vendas</b>		
Salários, encargos e benefícios	271.690	237.848
Obrigações previdenciárias	(17.941)	9.761
Materiais gerais	3.585	3.692
Serviços de terceiros	278.565	247.687
Energia elétrica	751	770
Despesas gerais	93.180	86.064
Depreciação e amortização	9.729	9.883
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (c))	90.488	2.420
	730.047	598.125



## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2016	2015
Receitas (despesas) administrativas		
Salários, encargos e benefícios	194.357	182.215
Obrigações previdenciárias	136.358	185.206
Reembolso GESP – benefícios pagos (Nota 10 (a) (vii))	-	(696.283)
Materiais gerais	2.585	2.340
Serviços de terceiros	154.926	123.802
Energia elétrica	1.848	1.596
Despesas gerais	289.862	11.467
Depreciação e amortização	63.979	63.212
Despesas fiscais	90.981	81.487
	934.896	(44.958)
Custos e despesas operacionais		
Salários, encargos e benefícios	2.184.246	1.923.446
Obrigações previdenciárias	(13.052)	270.214
Reembolso GESP – benefícios pagos (Nota 10 (a) (vii))	-	(696.283)
Custos de construção (Nota 14 (c))	3.651.364	3.263.808
Materiais gerais	179.394	178.593
Materiais de tratamento	279.150	269.294
Serviços de terceiros	1.278.825	1.162.645
Energia elétrica	935.034	817.530
Despesas gerais	855.007	466.744
Depreciação e amortização	1.146.626	1.074.032
Despesas fiscais	90.981	81.487
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 9 (c))	90.488	2.420
	10.678.063	8.813.930

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 28 Receitas e despesas financeiras

	2016	2015
Despesas financeiras		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda nacional	(317.379)	(326.315)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda estrangeira	(113.268)	(127.352)
Outras despesas financeiras (i)	(86.372)	(149.902)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(18.823)	(20.389)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (ii)	(121.036)	(171.735)
Variação monetária sobre déficit incentivo Sabesp Mais	(891)	(1.529)
Outras variações monetárias (iii)	(48.634)	(20.594)
Juros e variações monetárias sobre provisões (iv)	(133.488)	(41.916)
Total de despesas financeiras	<u>(839.891)</u>	<u>(859.732)</u>
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas	152.154	166.887
Rendimento de aplicações financeiras (v)	209.376	170.551
Juros ativos (vi)	99.068	44.358
Cofins e Pasp	(23.535)	(7.947)
Outras	11.647	21.385
Total de receitas financeiras	<u>448.710</u>	<u>395.234</u>
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	<u>(391.181)</u>	<u>(464.498)</u>
Variações cambiais		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (vii)	1.090.466	(1.992.019)
Outras variações cambiais	(209)	(720)
Variação cambial ativa	371	775
Variações cambiais, líquidas	<u>1.090.628</u>	<u>(1.991.964)</u>
Financeiras líquidas	<u>699.447</u>	<u>(2.456.462)</u>

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- (i) Outras despesas financeiras sofreram decréscimo, principalmente, devido a menor contabilização de juros do contrato da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê – CAB – SPAT.
- (ii) A variação monetária é decorrente essencialmente da menor variação do IPCA em 2016, quando comparada à variação apresentada em 2015 (6,29% e 10,67%, respectivamente). As exposições a essa taxa são demonstradas na Nota 5.1 (e).
- (iii) O acréscimo decorre substancialmente das atualizações dos passivos referentes aos compromissos exigidos pelas parcerias público-privadas e arrendamento mercantil.
- (iv) A variação refere-se, principalmente, ao maior reconhecimento de juros e atualização monetária sobre os processos judiciais em 2016, devido à revisão de estimativa de probabilidade de perda, decorrente de decisões desfavoráveis à Companhia.
- (v) O acréscimo é decorrente do maior saldo médio de aplicações financeiras em 2016 quando comparado com 2015.
- (vi) O acréscimo de R\$ 54.710 em juros ativos, decorre principalmente do menor valor apurado nos juros sobre acordos de parcelamentos no exercício de 2015.
- (vii) A variação nas despesas reflete, substancialmente, a desvalorização do dólar e do iene frente ao real em 2016 (16,5% e 13,9%, respectivamente), quando comparada à valorização apresentada em 2015 (47,0% e 45,9%, respectivamente).

### **29 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Outras receitas operacionais, líquidas	62.570	190.840
Outras despesas operacionais	<u>(57.848)</u>	<u>(47.085)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u><u>4.722</u></u>	<u><u>143.755</u></u>

## Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As outras receitas operacionais compõem-se, de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, venda de direito de energia elétrica, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura.

As outras receitas operacionais apresentaram decréscimo em R\$ 128,3 milhões, tendo como principais fatores: (i) redução nas receitas originárias das vendas de bens imóveis (R\$ 47,4 milhões); (ii) diminuição na venda do excedente de energia elétrica (R\$ 42,8 milhões); (iii) menor recebimento referente ao Programa Estadual de Apoio à Recuperação de Águas (R\$ 22,6 milhões); e (iv) menor receita referente às multas contratuais aplicadas em fornecedores (R\$ 16,8 milhões).

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado e custo excedente de energia elétrica comercializada.

### 30 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. A seguir os principais valores compromissados em 31 de dezembro de 2016:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	1.357.861	1.582.538	412.312	1.299.950	4.652.661
Obrigações contratuais - Investimentos	1.328.780	2.298.758	1.012.006	6.305.057	10.944.601
Total	2.686.641	3.881.296	1.424.318	7.605.007	15.597.262

O principal compromisso refere-se à PPP São Lourenço. Vide Nota 14 (h).

## **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP**

### **Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

#### **31 Informações suplementares aos fluxos de caixa**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Total das adições do intangível (Nota 14 (b))	3.855.831	3.604.442
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	(1.747.664)	(1.207.090)
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	2.108.167	2.397.352
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no exercício (Nota 14 (e))	700.743	466.544
Empreiteiros a pagar	57.431	(57.041)
Compromissos de contratos de programas	4.262	136.543
Parceria Público-Privada – PPP São Lourenço (Nota 14 (h))	893.181	548.978
Arrendamento Mercantil	10.534	36.877
Margem de construção (Notas 14 (f) e 24)	81.513	72.908
Outros	-	2.281
Total	1.747.664	1.207.090

#### **32 Eventos subsequentes**

- **Revisão tarifária**

Em 19 de janeiro de 2017, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) publicou a Deliberação ARSESP nº 706 que trata do início da segunda revisão tarifária ordinária da SABESP.

- **Santa Branca**

Desde o dia 6 de fevereiro de 2017, a SABESP assumiu a prestação dos serviços de saneamento em Santa Branca. O Contrato, que foi assinado em 9 de novembro de 2016, tem prazo de 30 anos.